

OE

NOVOS DESAFIOS, NOVAS OPORTUNIDADES

2021

**ANEXOS INFORMATIVOS**

## ÍNDICE

1.	ENQUADRAMENTO.....	6
2.	DIAGNÓSTICO DA CONJUNTURA ECONÓMICA E PERSPECTIVAS .....	7
2.1.	Evolução Recente.....	7
2.1.1.	Contexto Internacional.....	7
2.1.2.	Economia Nacional.....	10
2.2.	Cenário Macroeconómico 2020.....	15
2.2.1.	Enquadramento Internacional.....	15
2.2.2.	Economia Nacional.....	16
3.	RECEITAS E DESPESAS – EVOLUÇÃO RECENTE E PROJEÇÕES .....	23
3.1.	Evolução Recente das Finanças Públicas .....	23
3.1.1.	Apreciação Global.....	23
3.1.2.	Análise das Receitas.....	24
3.1.3.	Análise das Despesas.....	25
3.1.4.	Ativos Não Financeiros .....	26
3.1.5.	Financiamento .....	26
3.1.6.	Dívida Pública .....	27
3.2.	Evolução e Projeções das Receitas e Despesas.....	27
3.2.1.	Receitas Totais.....	27
3.2.1.1.	Impostos.....	28
3.2.1.1.1.	Imposto sobre o Rendimento (IR).....	28
3.2.1.1.2.	Impostos sobre Bens e Serviços (IBS).....	29
3.2.1.1.3.	Impostos sobre Transações Internacionais (ITI) .....	29
3.2.1.1.4.	Outros Impostos .....	30
3.2.1.2.	Donativos e Transferências .....	30
3.2.1.2.1.	Donativos Diretos.....	30
3.2.1.2.2.	Ajuda Orçamental Donativos .....	32
3.2.1.3.	Outras Receitas .....	32
3.2.1.4.	Vendas de Ativos Não Financeiros .....	34
3.2.2.	Despesas Totais e Ativos Não Financeiros.....	34
3.2.2.1.	Por Classificação Económica.....	34
3.2.2.1.1.	Despesas Correntes incluindo Transferências de Capital.....	34
3.2.2.1.1.1.	Despesa com Pessoal.....	35
3.2.2.1.1.2.	Aquisição de Bens e Serviços .....	36
3.2.2.1.1.3.	Juros e Outros Encargos.....	37
3.2.2.1.1.4.	Subsídios .....	38
3.2.2.1.1.5.	Transferências Correntes .....	38
3.2.2.1.1.6.	Benefícios Sociais .....	38
3.2.2.1.1.7.	Outras Despesas.....	39
3.2.2.1.2.	Ativos não Financeiros.....	39
3.2.2.2.	Despesas Totais por Tipo de Financiamento.....	40

3.2.2.3.	Classificação Funcional .....	42
4.	RECEITAS CONSIGNADAS E RESPECTIVAS CONTRAPARTIDAS EM DESPESAS .	46
5.	POLÍTICA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS.....	48
6.	MAPA DAS PREVISÕES DE ACRÉSCIMOS DE DESPESA COM O PESSOAL E ENGARGOS PROVISIONAIS .....	50
7.	DÍVIDA PÚBLICA E PASSIVOS CONTINGENTES.....	51
7.1.	Dívida Pública .....	51
7.1.1.	Dívida Interna.....	52
7.1.2.	Dívida Externa .....	53
7.1.3.	Programação / Financiamento para 2021 .....	55
7.1.4.	Empréstimos de Retrocessão.....	56
7.2.	Avales e Garantias.....	57
8.	OPERAÇÕES DE TESOURARIA E CONTAS DO TESOURO.....	60
9.	SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS.....	61
10.	SITUAÇÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL.....	64
11.	BENEFÍCIOS FISCAIS E ESTIMATIVA DA RECEITA CESSANTE.....	67
11.1.	Evolução de Benefícios Fiscais no triénio 2018-2020.....	67
11.1.1.	Direção Geral das Contribuições de Impostos (DGCI) .....	68
11.1.1.1.	Despesa Fiscal em sede do IRPC, por Modalidade de Benefício Fiscal no ano fiscal 2019.....	69
11.1.1.2.	Despesa fiscal em sede de IRPC, por Setor de Atividade no ano fiscal 2019....	71
11.1.2.	Direção Geral das Alfândegas (DGA) .....	72
11.1.2.1.	Despesa fiscal de natureza aduaneira, por tipo de impostos no ano fiscal 2019 .....	73
11.1.2.2.	Despesa fiscal de natureza aduaneira, por Setor de Atividade no ano fiscal 2019 .....	74
11.1.2.3.	Despesa fiscal de natureza aduaneira, por Concelho no ano fiscal 2019.....	75
11.2.	Estimativa da receita cessante para o ano fiscal de 2021.....	76

## ÍNDICE DE GRÁFICO

Gráfico 1 - Evolução do Crescimento Económico Mundial .....	7
Gráfico 2 - Evolução Mensal das Taxas de Inflação e de Desemprego – EUA, EA e UK .....	9
Gráfico 3 - Evolução Mensal dos Preços de <i>Commodities</i> .....	10
Gráfico 4 - PIB Real na ótica da Oferta .....	11
Gráfico 5 - PIB Real na ótica da Demanda .....	12
Gráfico 6 - Evolução das Taxas de Inflação.....	13
Gráfico 7 - Evolução do Saldo da Conta Corrente .....	14
Gráfico 8 - Evolução da Procura Turística e da Receita de Turismo .....	17
Gráfico 9 - Evolução do Número de Emprego Líquido por setor de atividades.....	18
Gráfico 10 - Evolução do Número de Emprego Líquido por setor de atividades.....	18
Gráfico 11 - Contributo Setorial para o Crescimento do PIB.....	19
Gráfico 12 - Evolução da Inflação e Câmbio Médio USD/CVE.....	20
Gráfico 13 - Evolução das Contas Externas (Balanço de Pagamentos) .....	21
Gráfico 14 - Evolução do Défice e da Dívida Pública, em % PIB .....	21
Gráfico 15 - Evolução do Setor Monetário .....	22
Gráfico 16 - Evolução do Saldo Fiscal .....	24
Gráfico 17 - Evolução dos Impostos .....	25
Gráfico 18 - Evolução Homóloga da Dívida Pública.....	27
Gráfico 19 - Evolução da Dívida Pública .....	51
Gráfico 20 – Característica da Dívida Externa .....	53
Gráfico 21 – Dívida Externa por Moeda de Contratação .....	54
Gráfico 22 – Evolução do Serviço da Dívida .....	54
Gráfico 23 – Recursos Mobilizados por Sector – 2021.....	55
Gráfico 24 – Evolução de Benefícios Fiscais no período 2018 a 2020.....	68
Gráfico 25 – Peso da Despesa Fiscal em sede do IRPC, por modalidade de Benefícios Fiscais – Ano 2019.....	70
Gráfico 26 – Benefícios Fiscais em sede do IRPC, por Setor de Atividade – Ano Fiscal 2019	72
Gráfico 27 – Benefícios Fiscais Aduaneiros, por Tipo de Impostos – Ano Fiscal 2019.....	74
Gráfico 28 – Benefícios Fiscais de natureza aduaneira, por Setor de Atividade.....	75
Gráfico 29 – Benefícios Fiscais de natureza aduaneira distribuídos, por concelho .....	76



## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Enquadramento internacional – principais hipóteses.....	16
Tabela 2 - Evolução das Receitas Fiscais.....	28
Tabela 3 - Evolução Donativos Diretos por Financiador .....	31
Tabela 4 - Evolução e Projeções das Outras Receitas .....	32
Tabela 5 - Evolução das Despesas de Funcionamento.....	35
Tabela 6 - Evolução das Despesas do PPIP por Tipo de Financiamento .....	41
Tabela 7 - Evolução da Ajuda Orçamental.....	42
Tabela 8 - Despesas, por Função do Estado .....	42
Tabela 9 - Principais Indicadores de Dívida .....	52
Tabela 10 - Empréstimos de Retrocessão .....	56
Tabela 11 - Stock Avals e Garantias.....	58
Tabela 12 - Avals e Garantias para 2021 .....	58
Tabela 13 - Variação de Benefícios Fiscais no período 2018 a 2020.....	67
Tabela 14 - Peso da Despesa Fiscal derivada da concessão de Benefícios Fiscais – DGCI no triénio 2018 - 2020 .....	68
Tabela 15 - Variação de Benefícios Fiscais – DGCI, no triénio 2018-2020 .....	69
Tabela 16 - Variação da Despesa Fiscal, por modalidade de Benefícios Fiscais em sede do IRPC.....	70
Tabela 17 - Benefícios Fiscais em sede do IRPC, por Setor de Atividade – Ano Fiscal 2019..	71
Tabela 18 - Variação de Benefícios Fiscais de Natureza Aduaneira no triénio 2018-2020....	73
Tabela 19 - Peso dos Benefícios Fiscais Aduaneiros, por Setor de Atividade – Ano Fiscal 2019 .....	74
Tabela 20 - Estimativa da Receita Cessante DGCI, para o Ano Económico 2021.....	77
Tabela 21 - Estimativa da Receita Cessante DGA, para o Ano Económico 2021.....	77
Tabela 22 - Estimativa da Receita Cessante DGCI e DGA para o Ano Económico 2021.....	77

## 1. ENQUADRAMENTO

1. O OE 2021 é o primeiro orçamento elaborado à luz da Lei de Bases do OE (LBOE), Lei n.º 55/XI/2019, de 1 de julho, nos termos previstos no artigo 97º, conjugado com o artigo 98º, ambos do referido diploma. Este diploma determina os conteúdos e a estrutura do OE, designadamente: o articulado da proposta de Lei, os anexos informativos, os mapas orçamentais e as fichas de programas.
2. O presente documento tem como objetivo apresentar de uma forma clara e transparente os conteúdos exigidos como anexos informativos, em complemento ao Relatório de Enquadramento do OE 2021, sendo que ambos, juntamente com os mapas orçamentais, acompanham do articulado da proposta de Lei.
3. A estrutura do presente documento atende ao estipulado nos artigos 36º e 37º da LBOE, não constando do presente documento:
  - (i) As prioridades e metas principais da política de investimento (alínea b) do n.º 1 do artigo 36º), sendo que as políticas, as prioridades e as metas deverão ser consultadas no Relatório de Enquadramento e nas fichas dos programas;
  - (ii) Devidos a dimensão dos ficheiros:
    - Mapas dos efetivos, com a classificação económica, a situação funcional dos funcionários e servidores públicos, bem como pessoal reformado e pensionistas (alínea g) do n.º 1 do artigo 36, conjugado com o artigo 37º).
    - Fichas dos programas (alínea d) do artigo 34º); e
    - Estudo Atuarial dos regimes geridos pelo Instituto Nacional de Previdência Social (artigo 46º).

Os mesmos serão apresentados e submetidos apenas em formato digital.

## 2. DIAGNÓSTICO DA CONJUNTURA ECONÓMICA E PERSPECTIVAS

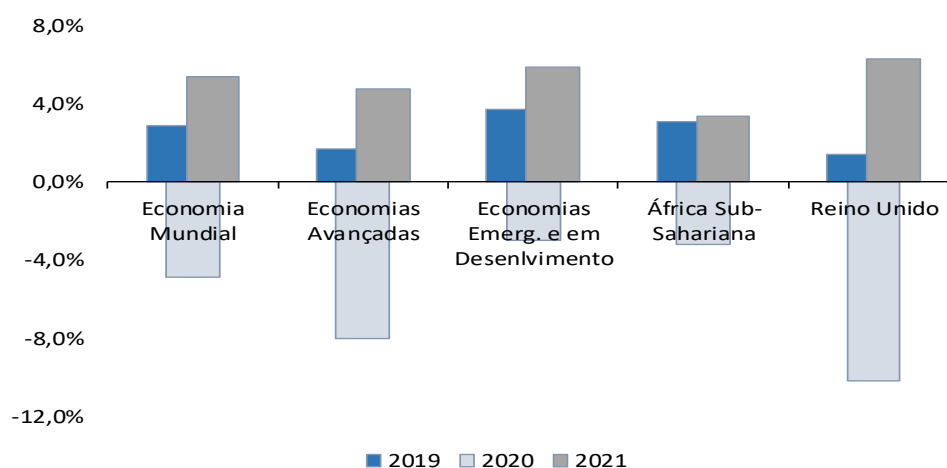
(Alínea a) do n.º 1 do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

### 2.1. Evolução Recente

#### 2.1.1. Contexto Internacional

4. A atividade económica mundial, em 2019, foi marcada pelo registo de crescimento mais baixo desde a crise financeira. O elevado grau de incerteza, associada aos condicionalismos dos termos de trocas, principalmente entre Estados Unidos e a China, o enfraquecimento do setor industrial, entre outros fatores, contribuíram para a redução da produção, comércio e investimento global. De acordo com os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), o PIB mundial cresceu 2,9% em 2019 (-0,7 p.p. face à 2018), tendo as economias avançadas e as emergentes e em desenvolvimento encolhidas 0,5 p.p. (+1,7%) e 0,8 p.p. (+3,7%), respetivamente, face à 2018.

**Gráfico 1 - Evolução do Crescimento Económico Mundial**



Fonte: WEO, julho 2020.

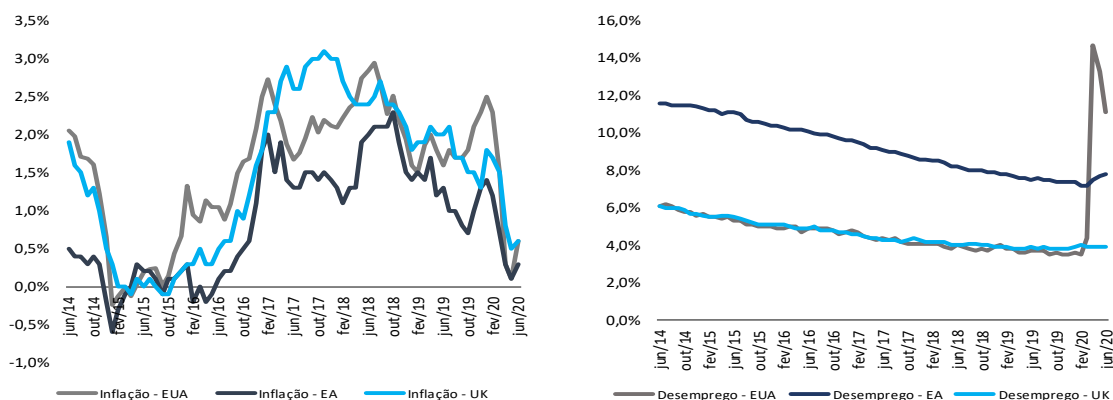
5. No que toca aos preços, vale ressaltar que os níveis de inflação em 2019 refletiram a fraca dinâmica da atividade económica e dos níveis globais de preços de matérias-primas. O preço do petróleo, Brent, oscilou entre 59,3 e 71,2 USD/barril ao longo do ano.

6. Entretanto, após quatro anos de desaceleração gradual, a economia mundial deverá entrar numa recessão profunda e histórica em 2020 devida à crise pandémica provocada pelo novo coronavírus (COVID-19). As medidas de distanciamento, bem como as de encerramento e de confinamento, adotadas para conter a propagação do vírus, contribuíram largamente para a redução da atividade económica no primeiro semestre deste ano.
7. De acordo com as estimativas da Eurostat, o PIB na Zona do Euro diminuiu 9,0% (-10,4 p.p. face ao período homólogo) no primeiro semestre de 2020, refletindo a fraca dinâmica da atividade económica em todo o bloco. As maiores economias do grupo, Alemanha (-6,7%, ante 0,6% no período homólogo), França (-12,3%, ante 1,8% no período homólogo), Itália (-11,7%, ante 0,3% no período homólogo) e Espanha (13,1%, ante 2,0% no período homólogo) desaceleraram para valores históricos.
8. No entanto, as políticas ativas de resgate ao emprego e às empresas, associadas à elevada capacidade de absorção dessas economias, contribuíram para que o mercado de trabalho permanecesse resiliente. Não obstante o aumento da taxa de desemprego no segundo trimestre deste ano (primeira vez desde 2º trimestre de 2013), a taxa do semestre (+7,5%) permaneceu abaixo (-0,2 p.p.) do registado no período homólogo de 2019. Já os níveis de preços, em função do atual contexto, sofreram fracas pressões inflacionistas na região, contribuindo para a desaceleração da taxa de inflação no período (+0,7%, ante 1,4% no semestre homólogo).
9. Quando se analisa o desempenho da maior economia do mundo, Estados Unidos da América (EUA), nota-se, que o PIB do primeiro semestre diminuiu -4,4% (- 6,5 p.p. do registado no período homólogo), relativamente ao mesmo período do ano anterior, conforme os dados revistos da *Bureau of Economic Analysis*. A desaceleração do PIB reflete a baixa performance de todos os componentes da demanda agregada, destacando as exportações líquidas (-17,0%) e investimentos privados (-10,4%). O crescimento negativo no período foi contrabalançado pelo contributo positivo do consumo e investimentos públicos que cresceu 2,6% em termos homólogos.
10. Quanto ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego no período situou-se nos 8,4% (+4,7 p.p. em relação ao período homólogo), tendo atingido o valor mais altos na sua

história (+14,7%) no mês de abril, em reflexo dos despedimentos em massa provocados pela pandemia. Ao nível dos preços, houve uma redução de 0,5 p.p. face ao período homólogo (+1,2%, ante 1,7% no semestre homólogo de 2019).

11. De igual modo, o Reino Unido apresentou resultados negativos records. De acordo com os dados provisórios da *Office for National Statistics*, o PIB diminuiu 11,7% (-13,4 p.p. face ao período homólogo) no primeiro semestre de 2020. No que toca ao mercado de trabalho, os dados apontam para uma certa estabilização da taxa de desemprego (3,9%, ante 3,8% no semestre homólogo), apesar do ligeiro aumento verificado no primeiro semestre deste ano (+0,1 p.p.). A taxa de inflação, por sua vez, diminuiu para 1,1% (-0,8 p.p.) nos primeiros seis meses de 2020, comparativamente ao período homólogo de 2019.

**Gráfico 2 - Evolução Mensal das Taxas de Inflação e de Desemprego – EUA, EA e UK**



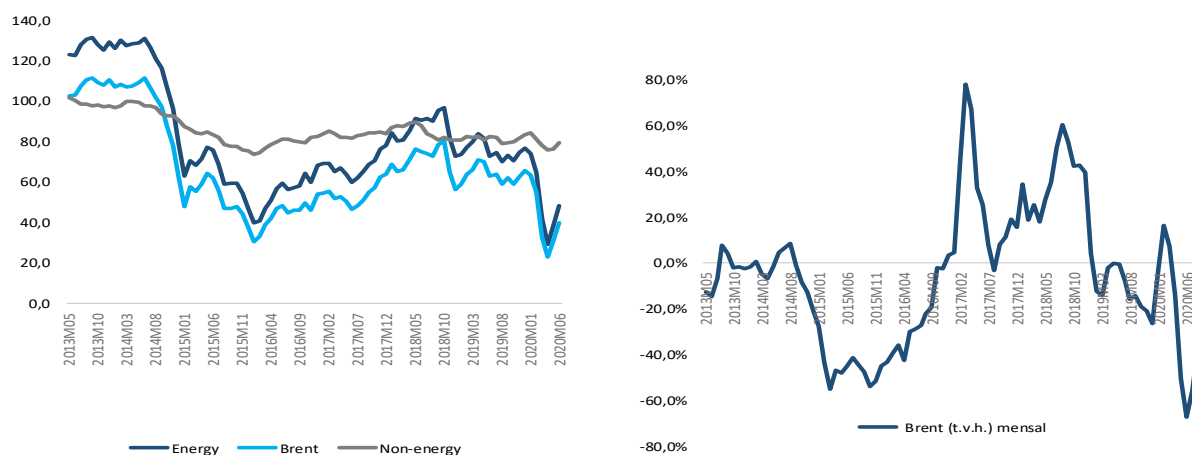
**Fonte:** Eurostat; US Department of Labor; Officer for National Statistic

12. Os preços internacionais de *commodities* foram também amplamente afetados pela redução brusca da atividade económica e pelo aumento de incertezas associadas à retoma do mercado devido à pandemia. Os dados do Banco Mundial mostram que o índice de preços dos produtos energéticos e não energéticos diminuíram 36,6% e 3,4%, respetivamente, no primeiro semestre de 2020.

13. Vale frisar que, no primeiro semestre deste ano, o preço do *Brent* diminuiu para 41,0 USD/barril (ante 65,8 USD/barril, no período homólogo de 2019), valor inferior ao registado no mesmo período do ano transato em 24,8 USD/barril. Já os preços dos

produtos não energéticos, destacando os produtos agrícolas, oscilaram menos no período.

**Gráfico 3 - Evolução Mensal dos Preços de *Commodities***

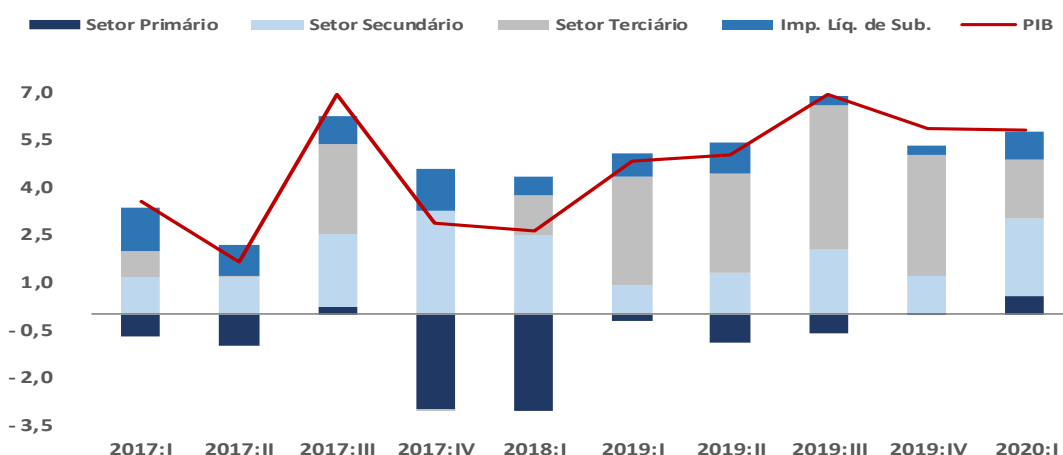


Fonte: World Bank, setembro de 2019

### 2.1.2. Economia Nacional

14. No que tange à economia nacional, tem-se que após ter crescido 5,7%, em 2019, no 1º trimestre de 2020, conforme os dados publicados pelo INE, o PIB cresceu 5,8% em volume, quando comparado com o período homólogo de 2019, não obstante a queda do produto registado principalmente na Zona Euro, devida aos efeitos do novo coronavírus no plano socioeconómico.
15. Na ótica da oferta, esse crescimento no 1º trimestre de 2020 advém do contributo positivo de todos os três setores, inclusive o setor primário, ante os resultados negativos apresentados nos últimos anos, provocados pelas secas consecutivas. O setor secundário cresceu 13,5% (contributo de 2,4 p.p., para o crescimento), maioritariamente devido ao significativo contributo dos ramos da construção (+1,6 p.p.) e da retoma da indústria transformadora (+0,8 p.p.). O setor terciário cresceu 3,1% (contributo de 1,9 p.p., para o crescimento), face ao período homólogo do ano anterior, devido ao desempenho positivo dos ramos da administração pública (+1,0 p.p.), dos transportes (+0,7 p.p.), dadas as reformas nos setores aéreo e marítimo, e dos serviços financeiros (+0,4 p.p.).

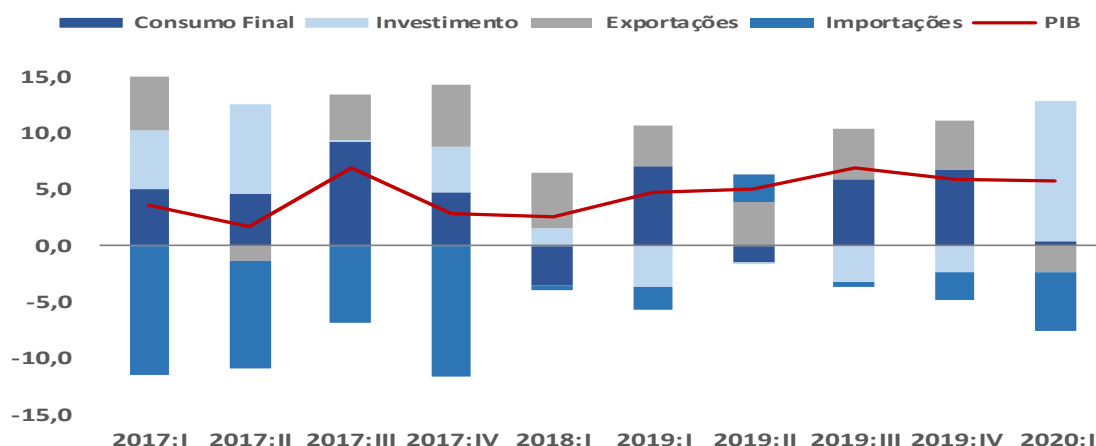
**Gráfico 4 - PIB Real na ótica da Oferta**



Fonte: INE

16. O setor primário, que nos últimos anos vinha apresentando crescimento negativo, teve um desempenho favorável, crescendo 10,0% (contributo de 0,6 p.p., para o crescimento), face ao período homólogo de 2019, proveniente dos contributos da agricultura (+0,6 p.p.), com destaque para o sistema de regadio e da indústria extrativa (+0,03 p.p.), puxado pela dinâmica do ramo da construção. Os Impostos Líquidos de Subsídios cresceram 6,2% (contributo de 0,8 p.p.), face ao período homólogo do ano anterior, refletindo a boa dinâmica da arrecadação tributária.
17. Na ótica da procura, esse resultado advém dos desempenhos favoráveis do consumo privado e dos investimentos. O consumo privado cresceu 4,1% no período (contributo de 2,5 p.p., para o crescimento), refletindo o aumento do rendimento disponível das famílias. Depois da performance negativa apresentada em 2019, os investimentos recuperaram no período, crescendo significativamente 43,2% (contributo de 12,5 p.p., para o crescimento), face ao período homólogo, refletindo, de um lado, o aumento da confiança e das expectativas dos investidores em face as medidas implementadas pelo executivo para aumentar a liquidez e melhorar o ecossistema de financiamento da economia, e de outro, da dinâmica do setor da construção civil e, possivelmente, da variação de existências.

**Gráfico 5 - PIB Real na ótica da Demanda**



Fonte: INE

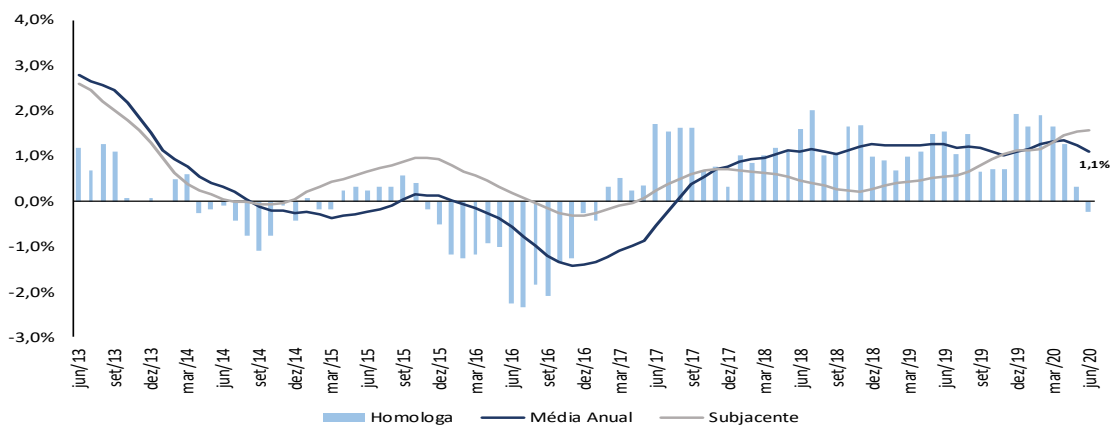
18. Os indicadores de conjuntura apontam para a quebra esperada da atividade económica no 2º trimestre, devido ao impacto do novo coronavírus (COVID-19) na economia. O indicador de conjuntura nas empresas continua a abrandar, atingindo o valor mais baixo nos últimos quatro (4) anos (-8,0%, ante 9% no trimestre homólogo), evidenciando que o clima de negócios é desfavorável, sendo reflexo do *lockdown* entre finais de março e maio, bem como das medidas de distanciamento e o contínuo fechamento da fronteira. Essas expectativas são materializadas na queda do consumo da energia elétrica, importação de cimentos, movimentos de passageiros e arrecadação tributária. É provável que a queda do PIB no segundo trimestre em termos homólogos atinja cerca de 30%, sendo um fator alarmante para o cenário macroeconómico.

19. Relativamente à dinâmica dos preços internos, em junho de 2020, a inflação média anual situou-se em 1,1%, registando um decréscimo de 0,2 p.p., relativamente ao período homólogo de 2019. Esta evolução reflete o desempenho negativo dos bens energéticos (-3,0 p.p.), dos transportes (-5,0 p.p.), das comunicações (-1,0 p.p.) e do lazer recreação e cultura (-0,8 p.p.), portanto reflexo da dinâmica dos setores mais afetados pela pandemia. A inflação homóloga registada foi de -0,2%, reduzindo 1,8 p.p., comparativamente ao mesmo período do ano de 2019, atingindo a menor taxa desde dezembro de 2016. A pressão da demanda nos preços tem contribuído para a



tendência crescente da inflação subjacente, que se situou em 1,6% (+ 0,5% em junho de 2019).

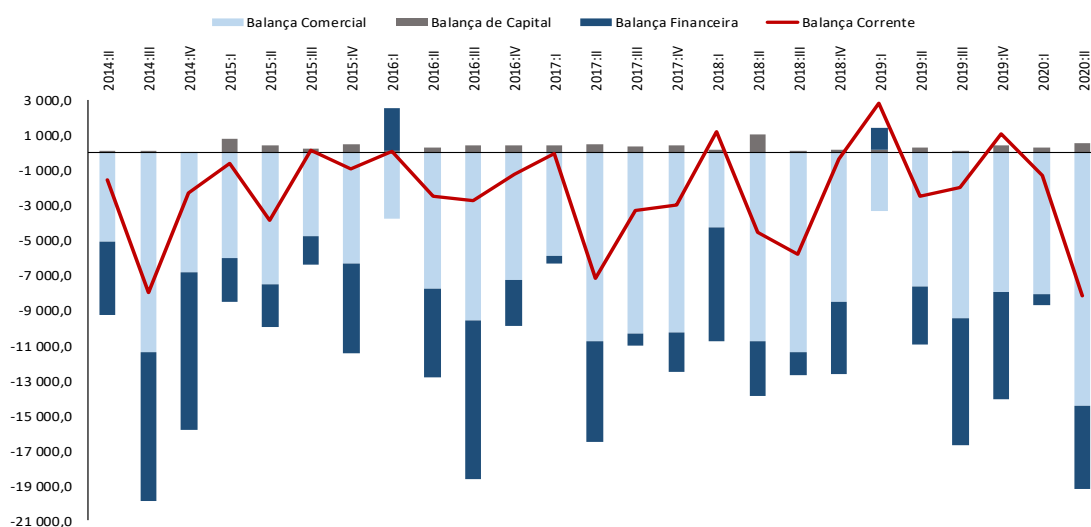
**Gráfico 6 - Evolução das Taxas de Inflação**



**Fonte:** INE

20. A posição externa de Cabo Verde no primeiro semestre de 2020 deteriorou-se, refletindo os impactos da pandemia da COVID-19 na demanda externa. Conforme os dados provisórios do Banco de Cabo Verde (BCV), a balança de transações correntes apresentou um deficit considerável de cerca de 9.474 milhões de CVE (5,2% do PIB). Esse resultado deve-se as quedas bruscas registadas nas exportações de bens e serviços (-40,5%) e da redução verificada nas importações de bens e serviços (-13,6%). O desempenho desfavorável das exportações nesse período resulta dos decréscimos das viagens de turismo (-45,3), dos serviços de transporte aéreo (-31,5%), resultado do fechamento das fronteiras do país. Além dos serviços, as exportações de bens diminuíram em especial o peixe congelado (-28,4%) e os vestuários (-28,5 %).
21. A balança financeira apresentou um deficit de cerca de 5.358 milhões de CVE, tendo os Investimentos Diretos Estrangeiros registado uma queda de 29,6%, face ao período homólogo. As remessas dos emigrantes, por sua vez, cresceram 11,9%, refletindo a solidariedade dos emigrantes para com os familiares, apesar do impacto do novo coronavírus no mercado de trabalho dos países acolhedores. As reservas internacionais líquidas, permitiram garantir 7,4 meses das necessidades de importações, portanto, acima do *threshold* mínimo exigido.

**Gráfico 7 - Evolução do Saldo da Conta Corrente**



Fonte: BCV

22. No que concerne às finanças públicas, até junho de 2019, o saldo global das Contas Públicas do Governo Central foi negativo em 5.432,1 milhões de CVE (3,0% do PIB projetado), interrompendo a tendência de redução verificada até finais de 2019, dadas às medidas implementadas pelo Executivo, para mitigar os efeitos socioeconómicos da pandemia e a forte queda nas receitas.
23. A performance negativa das receitas totais (-21,5%) decorreu, em maior parte, do comportamento desfavorável dos impostos (-21,4%) e das outras receitas (-38,6%), apesar do aumento registado nas transferências (+49,7%), face ao período homólogo. As despesas totais aumentaram em 1,1% no período, maioritariamente devido ao aumento das despesas de investimento (+19,1%), dadas as medidas e intervenções do Executivo na luta contra a evolução da pandemia.
24. Os ativos não financeiros líquidos registaram um decréscimo de 49,7%, atingindo o montante de 843,5 milhões de CVE, resultante, essencialmente, da compra de ativos não financeiros do programa de investimento em 889,0 milhões de CVE, financiados maioritariamente com recursos do tesouro (55,7%).
25. O stock da dívida pública, excluindo os TCMF (Títulos Consolidados de Mobilização Financeira), atingiu 247.482,4 milhões de CVE, acelerando para 134,7% do PIB (+ 17,6 p.p. acima do valor registado em junho de 2019), devido a redução da atividade

económica e, conseqüentemente, o menor PIB projetado para o ano corrente, bem como a contratação de novos financiamentos para fazer face a queda nas receitas. Analisada a estrutura da dívida, constata-se que o stock da dívida interna atingiu os 70.696,4 milhões de CVE (38,5%) e o stock da dívida externa os 176.786,0 milhões de CVE (96,2%).

26. Quanto ao sector monetário e financeiro, na primeira metade do ano, os dados provisórios do BCV, indicam que a massa monetária aumentou 4,6% em relação ao período homólogo. O crédito à economia registou um crescimento de 6,4%, tendo o crédito ao setor privado crescido 7,1%, refletindo o impacto das medidas de mitigação dos efeitos do COVID-19 na economia, nomeadamente na tesouraria das empresas e no rendimento das famílias, bem como os efeitos das moratórias de crédito. No âmbito do ecossistema de financiamento à economia, de janeiro a junho de 2020, foram concedidas às micro e pequenas empresas o montante de 271,5 milhões de CVE, a uma taxa média de 6,7%, destinados maioritariamente ao apoio ao investimento (+91,1%).

## **2.2. Cenário Macroeconómico 2020**

### **2.2.1. Enquadramento Internacional**

27. O cenário macroeconómico internacional deverá ser fortemente afetado pelo novo contexto socioeconómico. As medidas que visam atenuar a propagação do vírus tendem a frear a dinâmica da atividade económica mundial. Neste contexto, as projeções do FMI em julho, mostram que o PIB mundial deverá contrair para -4,9% em 2020 e aumentar em 5,4% em 2021. Economias importantes como as dos EUA (-8,0%), Zona Euro e Reino Unido (-10,2%) deverão sofrer uma forte contração em 2020, conforme a Tabela 1. As economias exportadoras de *commodities* e demais economias emergentes e em desenvolvimento deverão ser afetadas, para além dos fatores já mencionados, pelos choques de preços e choques cambiais, impactando os seus níveis de endividamento e risco país.

**Tabela 1 - Enquadramento internacional – principais hipóteses**

	2018	2019	2020	2021
<b>Economia Mundial</b>	<b>3,6</b>	<b>2,9</b>	<b>-4,9</b>	<b>5,4</b>
<b>Economias Avançadas</b>	<b>2,2</b>	<b>1,7</b>	<b>-8,0</b>	<b>4,8</b>
Zona Euro	1,9	1,3	-10,2	6,0
Reino Unido	1,3	1,4	-10,2	6,3
EUA	2,9	2,3	-8,0	4,5
<b>Economias Emerg. e em Desenvolvimento</b>	<b>4,5</b>	<b>3,7</b>	<b>-3,0</b>	<b>5,9</b>
China	6,7	6,1	1,0	8,2
África Sub-Sahariana	3,2	3,1	-3,2	3,4
<b>Preço do Petróleo Brent (USD/bbl)</b>	<b>71,1</b>	<b>64,0</b>	<b>42,8</b>	<b>47,5</b>
<b>Taxa de Juro de Curto Prazo (média anual, %)</b>	<b>-0,3</b>	<b>-0,4</b>	<b>-0,4</b>	<b>-0,5</b>
<b>Taxa de Câmbio USD/EUR (média anual)</b>	<b>1,18</b>	<b>1,12</b>	<b>1,14</b>	<b>1,18</b>

**Fonte:** European Central Bank (BCE) - set2020, FMI - jul2020.

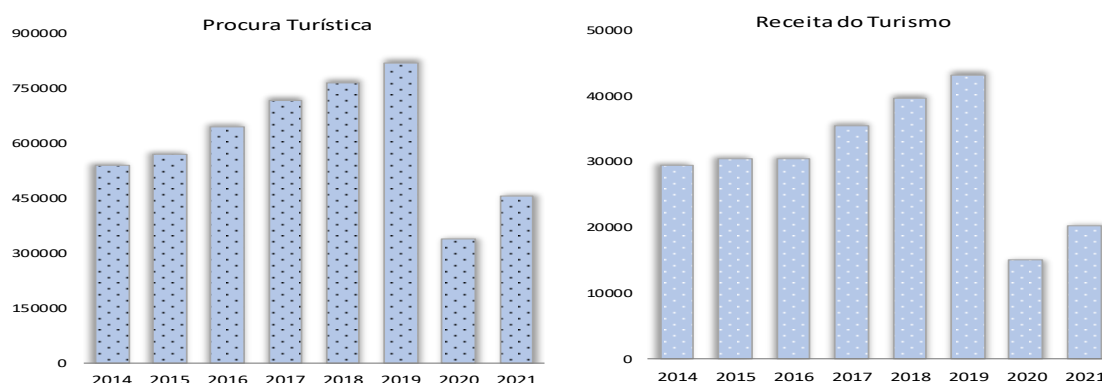
28. Em 2021, a perspetiva do FMI aponta para uma recuperação global da atividade económica, inclusive para patamar superior ao registado no período pré-pandemia. Essa retoma deverá espelhar uma eventual descoberta da vacina para o vírus e os efeitos de base. Os níveis de preços, de acordo com o BCE, deverão permanecer baixos, isto porque as expectativas de mercado, no curto e médio prazo, deverão continuar a exercer efeitos nos níveis de preços futuros do petróleo, taxas de juro (EURIBOR) e as taxas de câmbio, conforme a Tabela 1.

### 2.2.2. Economia Nacional

29. O cenário macroeconómico nacional, para 2021, abarca um conjunto de informações macrofinanceiras mais recentes, nomeadamente a recuperação da atividade económica dos principais parceiros do país, bem como dos fundamentos nacionais, visando aumentar a produtividade, a diversificação da economia e o reforço dos mecanismos de financiamento ao setor privado, apesar dos riscos macro-fiscais resultantes do aumento das necessidades de financiamento e, conseqüentemente, da dívida pública, para fazer face a pandemia provocada pelo novo coronavírus (SARS-Cov-2). Vale ressaltar que tais informações estão envoltas em um conjunto de incertezas, e visto que os riscos associados ao cenário macroeconómico para 2020 e 2021 são elevados.

30. Dado os efeitos da pandemia, a procura turística, deverá decrescer 58,8% em 2020, culminando numa redução de dormidas de 60,4%, refletindo essencialmente os esforços de contenções ao nível de viagens internacionais e quarentenas nos principais mercados emissores de turistas, bem como as medidas internas. Adicionalmente, as receitas de turismo deverão reduzir 61,6% em 2020. Este cenário, levaria os números do setor do turismo para níveis de 2009/2010. Dado que a fronteira para o mercado turístico continue fechada, a queda no numero de turista poderá chegar à 70% atingindo os números de 2005. Entretanto, em 2021, com a recuperação da atividade económica, ainda que de forma lenta, a procura turística deverá aumentar entre 22,5% e 35,0% melhorando a performance das dormidas e das receitas do turismo, com os números a situarem-se em níveis similares aos de 2011.

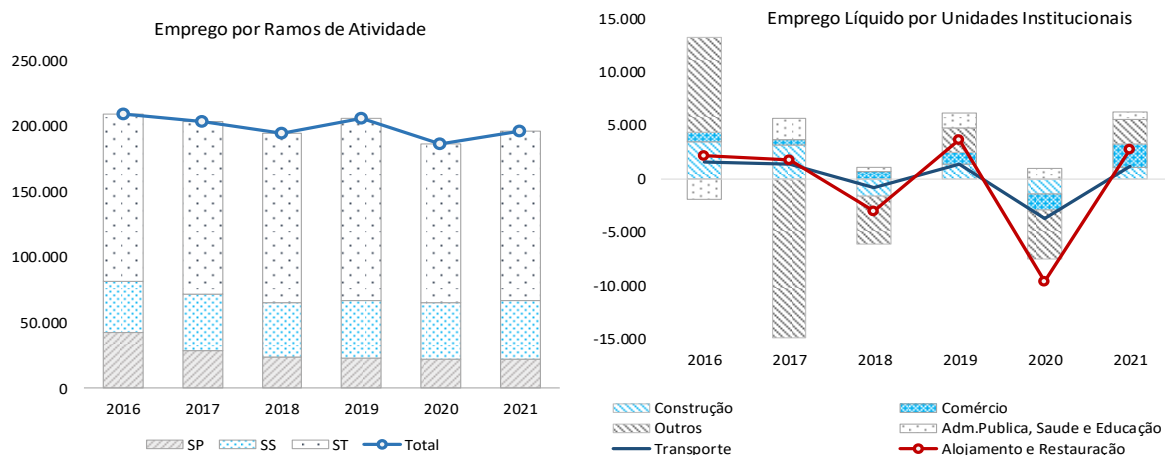
**Gráfico 8 - Evolução da Procura Turística e da Receita de Turismo**



**Fonte:** Ministério das Finanças

31. Além do cenário externo conturbado, o enfraquecimento da demanda interna provocada, entre outros fatores, pela redução na renda disponível das famílias, afetará as expectativas de retorno sobre investimentos por parte dos empresários. E com isso, os investimentos totais deverão sofrer uma redução em comparação com 2019 entre 7,7% a 9,4%, embora a redução das taxas de juros esperados e o aumento do crédito, que em larga medida, deverá ser usada para o alívio da tesouraria das empresas. No mesmo sentido, o mercado de trabalho deverá responder, negativamente, perdendo em torno de 19.780 empregos, predominantemente no setor de serviços, antes de recuperar 10.328, em 2021. A taxa de desemprego deverá reduzir em 2021 para 17,1%, após atingir 19,2% em 2020.

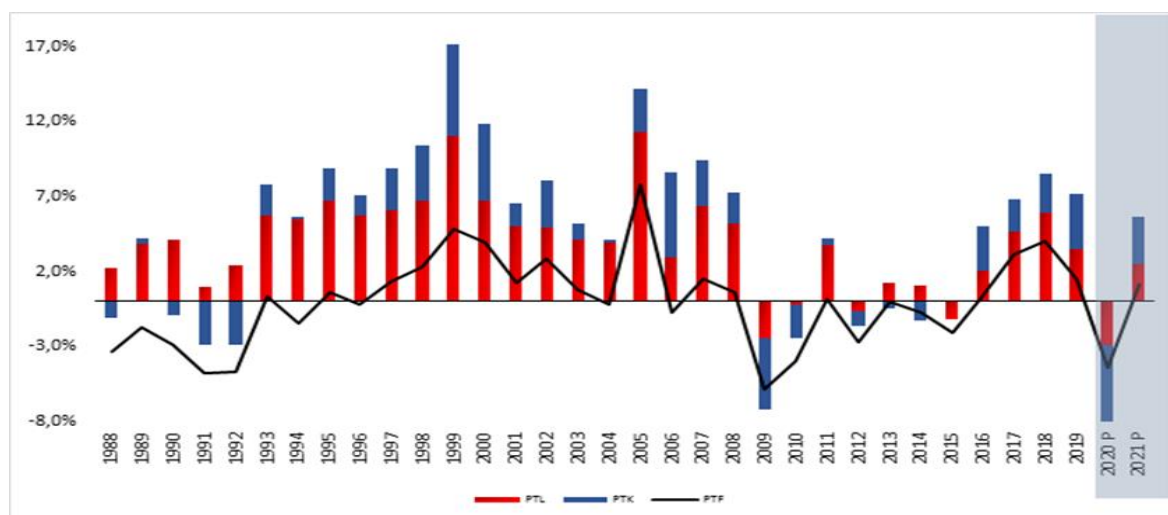
**Gráfico 9 - Evolução do Número de Emprego Líquido por setor de atividades**



**Fonte:** Ministério das Finanças

32. Tal dinâmica, no mercado de trabalho e dos investimentos afetará negativamente a contribuição do trabalho e do capital no crescimento económico, sendo o fator trabalho o de maior impacto. Um caso importante, é a evolução da produtividade total dos fatores na economia, que em 2019 estima-se ter contribuído para o crescimento do PIB em 1,7 p.p., sendo fruto das reformas no setor de transportes, nomeadamente a privatização da CVA e a concessão dos transportes marítimos.

**Gráfico 10 - Evolução do Número de Emprego Líquido por setor de atividades**

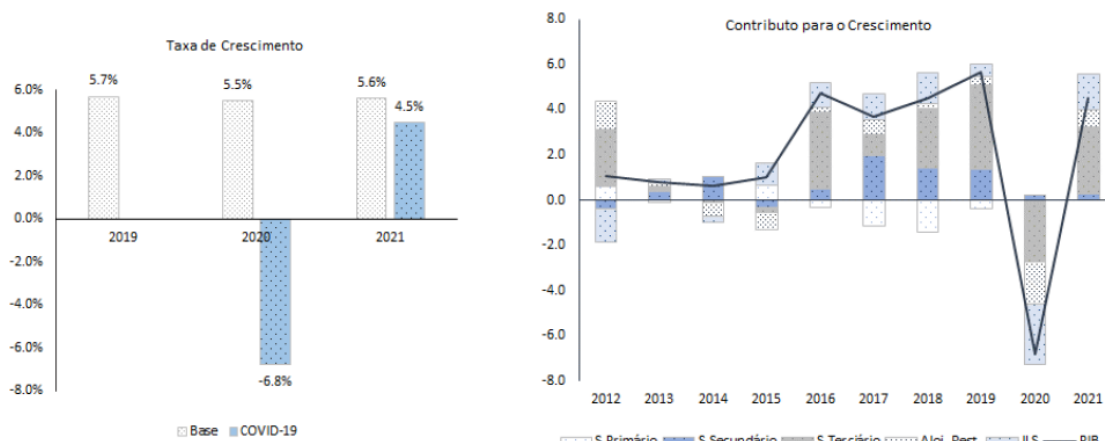


Nota: PTL - Produtividade Total do Trabalho; e PTK- Produtividade Total do Capital.

**Fonte:** Ministério das Finanças

33. No atual cenário, em que as fronteiras estão sendo abertas gradualmente, aliadas a uma redução das oportunidades de negócios em função do *lockdown* e tendo em conta as medidas de distanciamento, espera-se que os ganhos da PTF em 2019 sejam destruídos, com perspectivas de contributo para o crescimento do PIB em -5,2 p.p. Neste caso, o PIB, que no cenário base era previsto crescer 5,5%, deverá reduzir entre -6,8% a -8,5%, sendo um fator alarmante para o cenário macro fiscal. Para 2021, espera-se que o PIB cresça em torno dos 4,5%, sendo parte derivado dos efeitos base e alguma melhoria na PTF. Os setores de serviços são os mais afetados, seguidos pelo setor secundário.

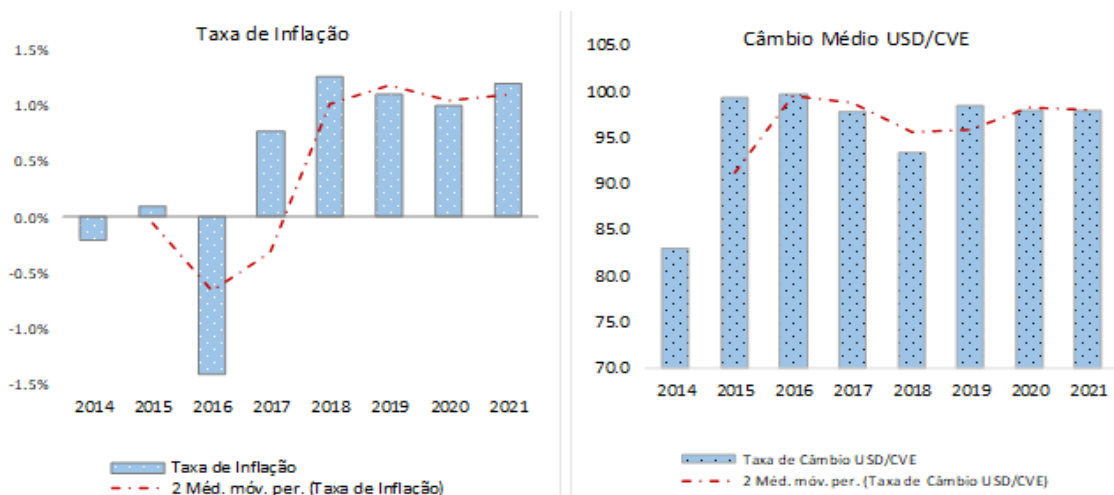
**Gráfico 11 - Contributo Setorial para o Crescimento do PIB**



**Fonte:** Ministério das Finanças

34. Os níveis de preços deverão permanecer contidos em 1,0% e 1,2% em 2020 e 2021, respetivamente. Vale ressaltar que as projeções incorporam as incertezas associadas ao mercado de *commodities* energéticos e um possível aumento dos preços, caso haja rutura de stock no mercado nacional, em função do coronavírus. O dólar americano deverá situar em torno dos 98,1 CVE tanto em 2020, quanto em 2021, afetando a balança de pagamentos e o stock da dívida pública externa.

**Gráfico 12 - Evolução da Inflação e Câmbio Médio USD/CVE**

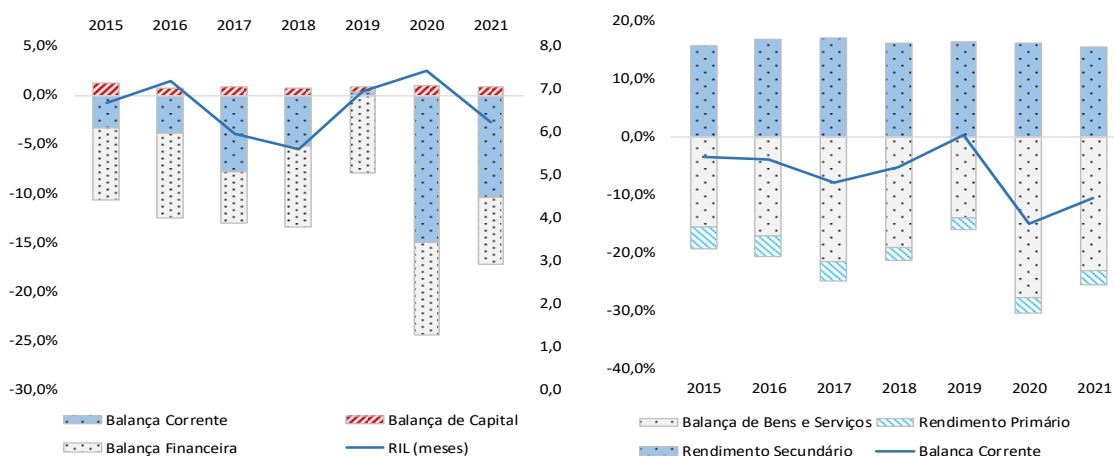


**Fonte:** Ministério das Finanças, com base nos dados do INE.

35. Ao nível das contas externas, em 2020, além da redução das receitas de viagens e receitas de transportes aéreos e marítimos, a reexportação de viveres e combustíveis nos portos e aeroportos, deverá ocorrer diminuição nas importações de bens em torno de 16,2%%, estando relacionado com a queda da dinâmica económica, bem como a redução dos preços do petróleo. Para 2021, tendo em conta as perspetivas de melhorias, principalmente a partir do segundo semestre, as exportações e importações deverão aumentar. De igual modo, a dinâmica das remessas de imigrantes. Sendo assim, na balança corrente espera-se que o deficit aumente em torno de 13,8% do PIB, em 2020, e reduza para 10,0% do PIB em 2021. As reservas deverão diminuir e, pese embora o aumento do financiamento externo das finanças públicas, entretanto as mesmas deverão garantir cerca de 7,4 meses de importação de bens e serviços em 2020 e 5,8 em 2021.



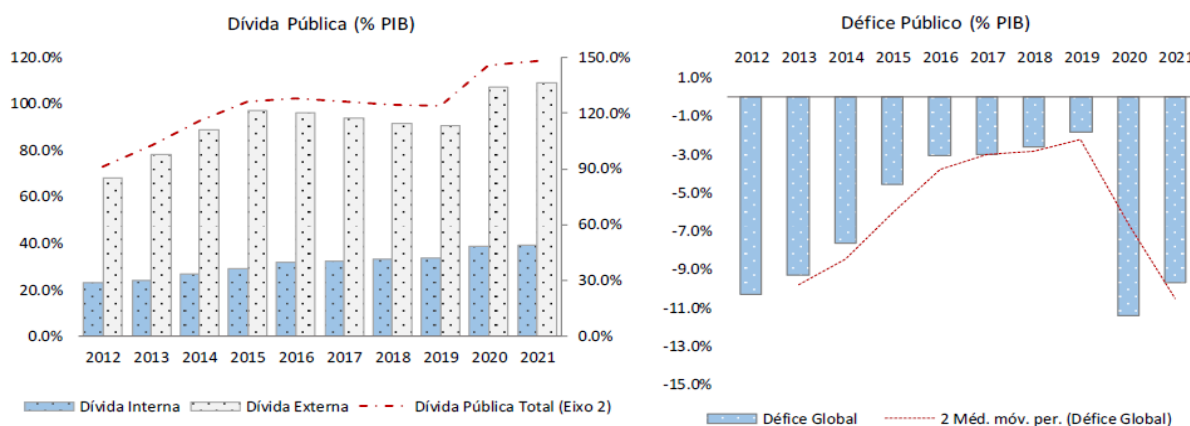
**Gráfico 13 - Evolução das Contas Externas (Balanço de Pagamentos)**



**Fonte:** Ministério das Finanças

36. Nas finanças públicas, tem-se que em 2019 continuou-se a consolidação das contas públicas com o saldo orçamental deficitário a situar-se em 1,8% do PIB, sendo o menor valor desde 2008. Contudo com os efeitos da COVID-19, o deficit público deverá situar-se em torno de 11,4% e 9,0% do PIB em 2020 e 2021, respetivamente, refletindo a uma forte diminuição das receitas públicas, fiscais e não fiscais. As despesas deverão incorporar as medidas de políticas económicas face a crise, nomeadamente para o setor empresarial privado, protegendo emprego e rendimento, bem como o reforço das medidas de inclusão social.

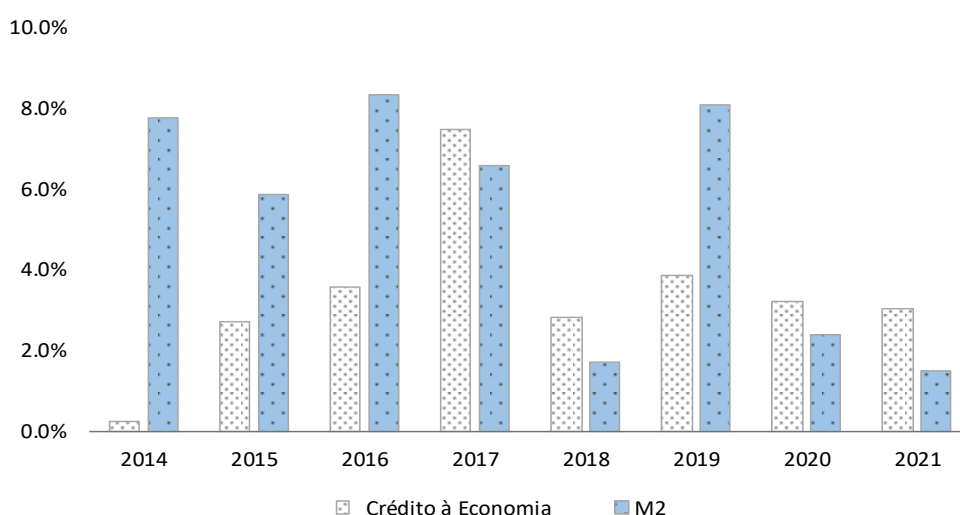
**Gráfico 14 - Evolução do Défice e da Dívida Pública, em % PIB**



**Fonte:** Ministério das Finanças

37. A dívida pública por sua vez deverá situar-se em torno de 145,8% e 146,3% do PIB em 2020 e 2021, respetivamente, impondo ao governo uma estratégia de inversão dessa tendência, visando retornar para níveis mais sustentáveis.
38. O financiamento do *gap* do orçamento com recursos a empréstimos externos, deverá contribuir para evitar uma queda muito mais acentuada nas reservas externas e consequentemente na massa monetária, que deverá desacelerar em relação ao ano de 2019, crescendo em torno dos 2,4% em 2020 e 1,5% em 2021.

**Gráfico 15 - Evolução do Setor Monetário**



**Fonte:** Ministério das Finanças

39. O crédito à economia, que cresceu cerca de 3,9% em 2019, deverá desacelerar para 3,2% em 2020, não obstante às medidas de políticas adotadas pela autoridade monetária para reduzir os efeitos da pandemia. Neste grupo, o crédito ao setor privado, que representa cerca de 95% do crédito total à economia, deverá crescer 3,3% em 2020 e 3,0% em 2021. O crescimento do crédito deverá financiar parte do fundo maneo das empresas, dado o contexto atual. Para 2021, as projeções admitem que as medidas de garantia de crédito deverão continuar.

### **3. RECEITAS E DESPESAS – EVOLUÇÃO RECENTE E PROJEÇÕES**

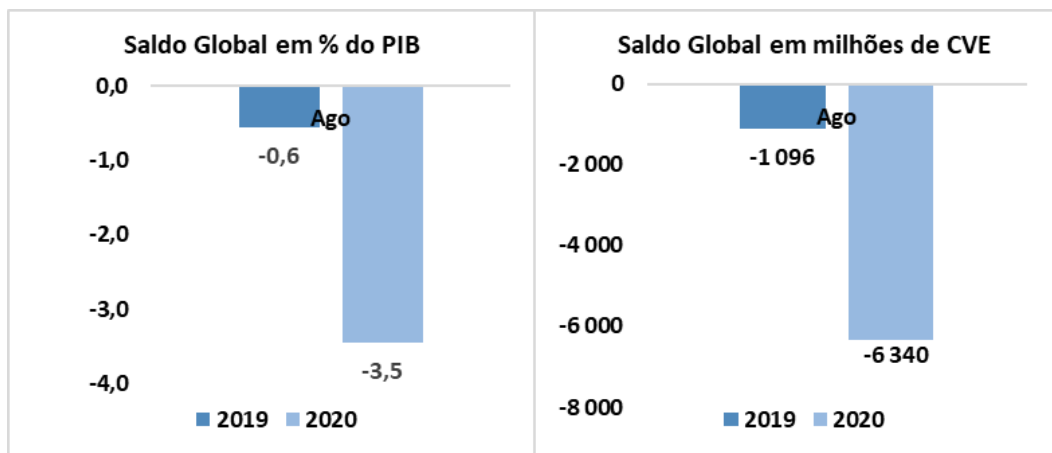
(Alíneas g) do n.º 1 e d) do n.º 2 do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

#### **3.1. Evolução Recente das Finanças Públicas**

##### **3.1.1. Apreciação Global**

40. Para mitigar os efeitos da crise sanitária e económica, o Governo, através do OR 2020, está a implementar um conjunto de medidas com objetivo de fazer face aos impactos negativos da crise sanitária da COVID-19 sobre às famílias, aos jovens e aos mais vulneráveis, mas também sobre as empresas. Das medidas em causa, destaca-se as medidas de reforço sanitário e de apoio à tesouraria das empresas, tendo em vista o emprego; bem como a implementação de medidas que garantam o rendimento aos mais vulneráveis, como o rendimento solidário, o rendimento emergencial e o alargamento do rendimento de inclusão social. Tais medidas, necessárias, consubstanciaram numa maior pressão às finanças públicas, para além do impacto direto da crise sobre as receitas fiscais.
41. Os dados provisórios da execução orçamental, até agosto de 2020, apontam para um saldo global de 6.340 milhões de CVE, o que representa um défice de 3,5% do PIB; um aumento de 2,9 p.p. em termos homólogos. Esta performance resulta da evolução desfavorável das receitas totais, da diminuição do programa de investimento público conjugado com um ligeiro agravamento das despesas totais.
42. O saldo corrente primário apurado até agosto de 2020 apresenta-se, pela primeira vez, nos últimos 5 anos, com sinal negativo, no valor de 4.941 milhões de CVE, situando-se em -2,7% do PIB, espelhando um decréscimo em torno dos 4,5 p.p., em face ao período homólogo de 2019. Este resultado vem acentuar o impacto da pandemia sobre a arrecadação das receitas, bem como a necessidade de endividamento para financiar projetos de resposta à COVID-19 cujas despesas são essencialmente despesas correntes, quer ao nível de equipamentos/materiais de proteção individual, higienização e desinfeção, e de testes para COVID-19, quer relativamente às despesas no âmbito da proteção do rendimento das famílias.

**Gráfico 16 - Evolução do Saldo Fiscal**



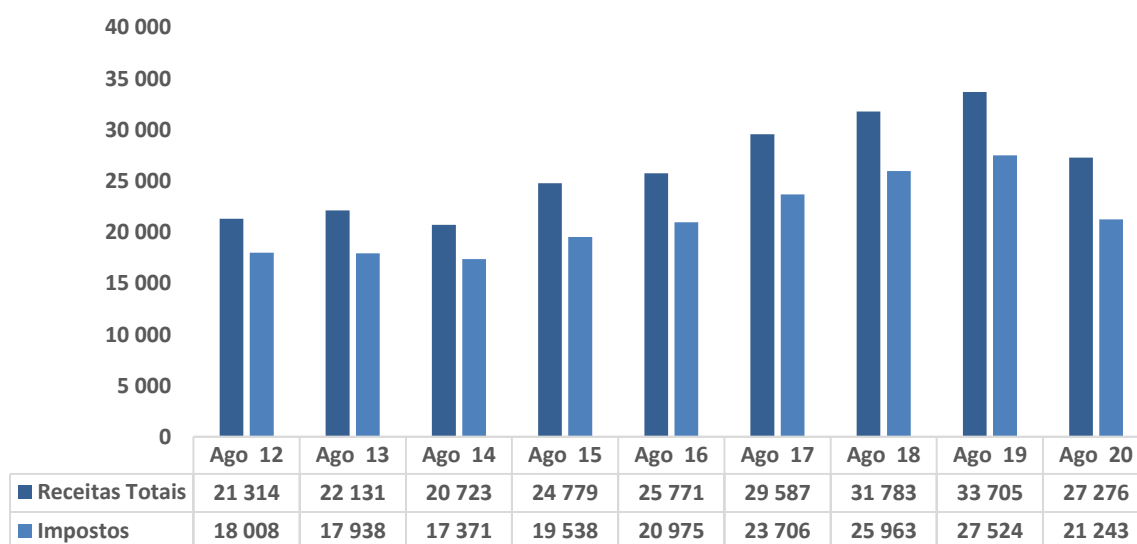
**Fonte:** Ministério das Finanças

### 3.1.2. Análise das Receitas

43. A receita total provisória (incluindo donativos) ascendeu a 27.277 milhões de CVE, correspondendo a um grau de execução de 50,6%, que representa um decréscimo de 19,1% em face a agosto de 2019. Para esta evolução contribuíram os impostos (-22,8%), segurança social (-20,6%), transferências (+216,1%) e outras receitas (-43,2%).
44. De janeiro a agosto de 2020, os impostos diminuíram 22,8% em face ao período homólogo, sendo o resultado de uma variação negativa dos impostos diretos em 24,5% - em particular, o desempenho do IRPC que diminuiu em cerca de 43,1% - e dos impostos indiretos em 22,1%. Este comportamento resulta dos impactos negativos da COVID-19 na dinâmica económica e das medidas excecionais de apoio às empresas adotadas pelo Governo.
45. A evolução negativa dos impostos indiretos em 22,1% resulta do decréscimo em todas as rubricas, nomeadamente do imposto sobre bens e serviços, imposto sobre transações internacionais e outros impostos que registaram uma diminuição de 24,5%, 16,3%, e 14,1%, respetivamente. À semelhança dos impostos diretos, este resultado advém do forte impacto da crise da COVID-19, principalmente ao nível do Turismo, e das medidas excecionais adotadas pelo Governo, nomeadamente a possibilidade de pagamento em prestações.

46. Em relação aos donativos (transferências), houve um aumento de 216,1% (+2.094 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, situando-se em 3.063 milhões de CVE. Deste montante, 2.232 milhões de CVE correspondem às ajudas orçamentais, 432 milhões de CVE decorrem de donativos diretos aos projetos de investimentos e 68 milhões de CVE da ajuda alimentar.
47. No que toca às outras receitas, estas apresentam um decréscimo de 43,2% refletindo o impacto da pandemia COVID-19, com destaque na diminuição da arrecadação de receitas decorrentes da taxa de segurança aeroportuária, do serviço de passaportes, dos emolumentos de portos e capitánias e dos serviços policiais e fronteiras.

**Gráfico 17 - Evolução dos Impostos**



**Fonte:** Ministério das Finanças

### 3.1.3. Análise das Despesas

48. Em agosto de 2020, a despesa provisória da Administração Central do Estado situou-se em 32.451 milhões de CVE, apresentando um ligeiro agravamento em termos homólogos de 0,1% (+46,8 milhões de CVE) e um grau de execução de 49,9%. As rubricas que concorreram para este resultado foram as despesas com o pessoal (+2,8%), a aquisições de bens e serviços (+8,2%), o serviço da dívida (juros) (+2,9%), os subsídios (+137,7%), as transferências correntes (+7,5%) e os benefícios sociais (+12,1%).

49. Ao nível das despesas de funcionamento, estas evidenciaram uma diminuição de 2,5% (-714 milhões de CVE), cifrando-se em cerca de 28.079 milhões de CVE, como resultado, da diminuição da rubrica outras despesas correntes devido, essencialmente, a diminuição da rubrica restituições do IVA, tendo em conta os processos de encontro de contas, ainda em curso.
50. O valor da despesa por regularizar, em agosto, situou-se em cerca de 220 milhões de CVE, referentes aos adiantamentos efetuados aos Órgãos de Soberania e às embaixadas.

#### **3.1.4. Ativos Não Financeiros**

51. De acordo com os dados provisórios, até agosto de 2020, os ativos não financeiros registaram uma diminuição de 51,4%, atingindo 1.165 milhões de CVE, 11,8% do orçamento.
52. O Programa de Investimento Público no período atingiu 5.388,3 milhões de CVE. Do montante pago, 62,9% (3.283,4 milhões de CVE) foi financiado pelo Tesouro, 18,8% (982 milhões de CVE) por Empréstimos e 15,7% (819 milhões de CVE) por Donativo. A fraca execução do programa de investimento é derivada da paralisação de várias atividades dado ao contexto de Estado de Emergência.
53. Dos pilares estratégicos estabelecidos no PEDS, o que mais contribuiu para a execução, no período em análise, foi o Pilar Economia, sendo: Economia com um peso de 61,6%, Social com 24,8% e Soberania com 13,6%.

#### **3.1.5. Financiamento**

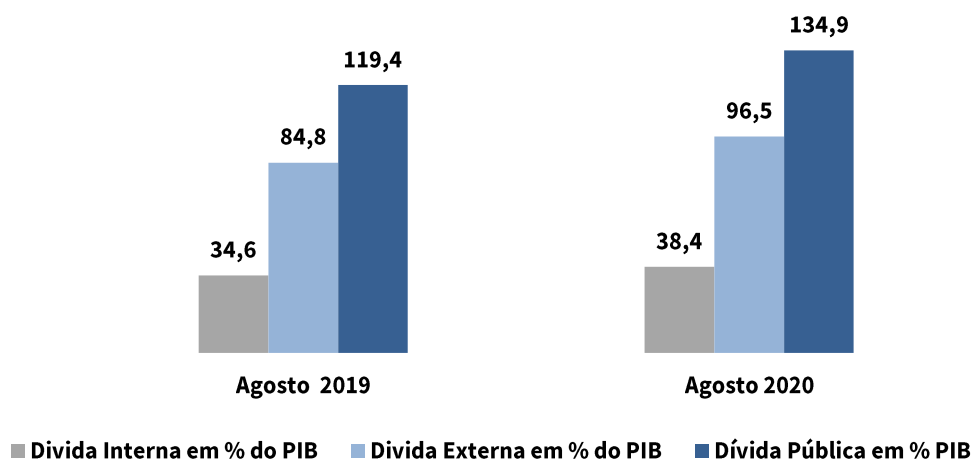
54. O financiamento do défice de 7.576 milhões de CVE, apurados até agosto de 2020, foi maioritariamente assegurado pelo endividamento externo e resulta:
- por um lado, de um passivo financeiro de 7.747 milhões de CVE, que decorre, essencialmente, da componente externa com 4.283,3 milhões de CVE e da componente interna com 3.463 milhões de CVE, e

- por outro lado, de um ativo financeiro de 171 milhões de CVE, motivado pelo investimento em ações e outras participações.

### 3.1.6. Dívida Pública

55. A 31 de agosto de 2020, o stock da dívida pública do Governo Central, excluindo os TCMF, atingiu 247.903 milhões de CVE, cabendo à dívida interna 70.529 milhões de CVE (38,4% do PIB) e à dívida externa 177.375 milhões de CVE (96,5% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB atingiu os 134,9%, cerca de 15,5 p.p. acima do valor registado em agosto de 2019, grande parte, devido (i) ao desembolso da ajuda orçamental empréstimo e (ii) diminuição do denominador (PIB).

**Gráfico 18 - Evolução Homóloga da Dívida Pública**



Fonte: Ministério das Finanças

## 3.2. Evolução e Projeções das Receitas e Despesas

### 3.2.1. Receitas Totais

56. A estimativa das receitas fiscais para 2021 teve por base, por um lado, a evolução esperada dos principais indicadores macroeconómicos, das medidas de políticas propostas, nomeadamente para combater dos efeitos que ainda se espera que a pandemia da COVID-19 terá, e, por outro lado, a revisão da pauta aduaneira alinhada, de forma faseada, com a adoção do TEC, e o reforço da eficiência da administração

fiscal, seja pelo reforço da fiscalização e do cruzamento de dados de forma automática, através do SAFT, Faturação Eletrónica e realização de sorteio de faturas e de recibos de arrendamento.

57. A previsão das receitas fiscais (impostos), para 2021, é de 40.600 milhões de CVE, traduzindo-se num acréscimo de 6.648 milhões de CVE (+19,6%), em face à cobrança prevista para 2020. Este resultado advém do Imposto sobre o Rendimento (-4,9%), do Imposto sobre Bens e Serviços (+23,7%), do Imposto sobre Transações Internacionais (+55,3%) e de Outros Impostos (+12,2%). O quadro seguinte evidencia a evolução da receita fiscal, por imposto.

**Tabela 2 - Evolução das Receitas Fiscais**

	Em Milhões de CVE				Taxa de Crescimento %				Em % PIB			
	2018	2019 P	2020 R	2021 P	2018	2019 P	2020 R	2021 P	2018	2019 P	2020 R	2021 P
<b>Receitas Fiscais (Impostos)</b>	<b>40.519</b>	<b>42.015</b>	<b>33.953</b>	<b>40.600</b>	<b>13,0%</b>	<b>3,7%</b>	<b>-19,2%</b>	<b>19,6%</b>	<b>21,8%</b>	<b>21,5%</b>	<b>18,5%</b>	<b>20,9%</b>
<b>Imposto sobre o Rendimento</b>	<b>12.300</b>	<b>12.674</b>	<b>11.558</b>	<b>10.993</b>	<b>8,9%</b>	<b>3,0%</b>	<b>-8,8%</b>	<b>-4,9%</b>	<b>6,6%</b>	<b>6,5%</b>	<b>5,9%</b>	<b>5,6%</b>
IR - Pessoas Singulares	6.927	7.201	6.249	6.561	-1,9%	4,0%	-13,2%	5,0%	3,7%	3,7%	3,2%	3,4%
IR - Pessoas Colectivas	5.374	5.473	5.309	4.432	27,0%	1,8%	-3,0%	-16,5%	2,9%	2,8%	2,7%	2,3%
<b>Imposto sobre Bens e Serviços</b>	<b>19.704</b>	<b>20.658</b>	<b>15.582</b>	<b>19.278</b>	<b>17,4%</b>	<b>4,8%</b>	<b>-24,6%</b>	<b>23,7%</b>	<b>10,6%</b>	<b>10,6%</b>	<b>8,0%</b>	<b>9,9%</b>
Imposto sobre o Valor Acrescentado	16.213	16.735	12.895	16.028	21,8%	3,2%	-23,0%	24,3%	8,7%	8,6%	6,6%	8,2%
IVA - DGA	7.801	8.260	6.424	7.518	7,4%	5,9%	-22,2%	17,0%	4,2%	4,2%	3,3%	3,9%
IVA - DGCI	8.412	8.476	6.471	8.510	39,1%	0,8%	-23,7%	31,5%	4,5%	4,3%	3,3%	4,4%
Imposto sobre o Consumo Especial	1.963	2.192	1.617	1.955	1,3%	11,7%	-2,6%	20,9%	1,1%	1,1%	0,8%	1,0%
Contribuição Turística	811	992	513	613	-4,5%	22,3%	-48,2%	19,4%	0,4%	0,5%	0,3%	0,3%
Taxa Ecológica	717	739	557	682	4,8%	3,1%	-24,6%	22,5%	0,4%	0,4%	0,3%	0,3%
<b>Imposto s/ Transações Internacionais</b>	<b>7.733</b>	<b>8.011</b>	<b>6.240</b>	<b>9.688</b>	<b>7,1%</b>	<b>3,6%</b>	<b>-22,1%</b>	<b>55,3%</b>	<b>4,2%</b>	<b>4,1%</b>	<b>3,2%</b>	<b>5,0%</b>
Direito de Importação	7.409	7.672	5.966	9.379	7,3%	3,5%	-22,2%	57,2%	4,0%	3,9%	3,1%	4,8%
Taxa Comunitária - CEDEAO	324	339	273	309	2,0%	4,9%	-19,4%	13,0%	0,2%	0,2%	0,1%	0,2%
<b>Outros impostos</b>	<b>782</b>	<b>672</b>	<b>572</b>	<b>642</b>	<b>42,3%</b>	<b>-14,1%</b>	<b>-14,8%</b>	<b>12,2%</b>	<b>0,4%</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,3%</b>	<b>0,3%</b>
Imposto de Selo	742	634	534	603	45,7%	-14,6%	-15,8%	12,9%	0,4%	0,3%	0,3%	0,3%
Imposto Especial sobre Jogos	40	38	38	39	25,3%	-4,6%	1,0%	1,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Outros	0	0	0	0	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Ministério das Finanças

### 3.2.1.1. Impostos

#### 3.2.1.1.1. Imposto sobre o Rendimento (IR)

58. Para 2021, projeta-se que a receita do IR se situe em 10.993 milhões de CVE, valor que traduz uma diminuição de 4,9% em face à cobrança prevista para 2020, para a qual contribuem o IRPS (+5,0%) e o IRPC (-16,5%).



59. A previsão em sede do IRPS, que atinge o valor de 6.561 milhões de CVE, tem por base o cenário macroeconómico, com particular relevância para a manutenção do emprego que mais fortemente condiciona a base tributável do IRPS, bem como a continuidade do processo de recuperação de dívidas.
60. No que concerne ao IRPC, para 2021, prevê-se que a receita se situe em 4.432 milhões de CVE, sendo o menor do que valor previsto para 2020, reflexo dos encontros de contas previstos para esse ano, e do bem como porque boa parte do IRPC deriva do lucro das empresas no ano anterior, sendo largamente afetado pela pandemia.

#### **3.2.1.1.2. Impostos sobre Bens e Serviços (IBS)**

61. A estimativa da receita em sede dos IBS é de 19.278 milhões de CVE, antevendo-se um crescimento de 23,7% (+3.695 milhões de CVE) comparativamente à cobrança prevista para 2020.
62. O aumento desta receita, face à cobrança prevista para 2020, deve-se à evolução do IVA - DGA (+17,0%), IVA - DGCI (+31,5%), ICE (+20,9%), Contribuição Turística (+19,4%) e Taxa Ecológica (+22,5%), em resultado da estimativa de cobrança prevista para 2021 nos principais impostos que compõem esta rubrica, de alguma recuperação da atividade económica face a 2020, com reflexo no aumento do volume de negócios e das importações, mas também explicada pelo reforço do combate à fraude e à evasão fiscais no decurso de 2021 e da continuação do impacto das medidas fiscais de proteção ambiental e da saúde.

#### **3.2.1.1.3. Impostos sobre Transações Internacionais (ITI)**

63. Para 2021, prevê-se uma forte melhoria da receita em sede dos ITI, a qual deverá situar-se em 9.688 milhões de CVE. Esta evolução traduz essencialmente o aumento esperado na importação, dado o crescimento económico previsto face ao decréscimo previsível em 2020, manutenção do maior rigor na concessão de benefícios fiscais e nos controlos aduaneiros, através do combate à subfaturação nas declarações aduaneiras.

64. Reflete, ainda, a implementação faseada da Tarifa Externa Comum (TEC) da CEDEAO, sendo um dos instrumentos para harmonizar as políticas comerciais da região e fortalecer seu mercado comum. O TEC entrou em vigor na região desde 1 de janeiro de 2015 e desde 2018 foi implementada por todos os países da região, exceto Cabo Verde.

#### **3.2.1.1.4. Outros Impostos**

65. A estimativa de receita em sede de outros impostos a serem arrecadados em 2021 deverá atingir 642 milhões de CVE, representando um acréscimo de 12,2%, em face ao OR 2020, resultante essencialmente do incremento na cobrança do imposto de selo, acompanhando a dinâmica económica.

#### **3.2.1.2. Donativos e Transferências**

66. Os donativos e transferências (incluindo ajuda orçamental), para o ano de 2021, deverão situar-se à volta de 4.050 milhões de CVE, representando uma diminuição de 52,7% comparando com o inscrito no OR 2020. Sendo:

- 54,8% (2.219 milhões de CVE) - Donativo do Governo/Organismo Estrangeiro;
- 25,4% (1.029 milhões de CVE) - Ajuda Orçamental Donativos;
- 12,2% (495 milhões de CVE) - Outras Transferências; e
- 7,6% (307 milhões de CVE) - Donativo Ajuda Alimentar.

##### **3.2.1.2.1. Donativos Diretos**

67. Os donativos diretos, estimados para 2021, rondam o montante de 2.219 milhões de CVE, valor inferior ao estimado para 2020 em 62,0%, justificado pela diminuição do donativo que foi mobilizado juntos dos parceiros internacionais no âmbito do combate da pandemia da COVID-19 e pelo término, em 2020, do projeto de “Construção de Campo Universitário de Palmarejo”.

68. Pese embora prevê-se uma diminuição do donativo, é de se destacar a inscrição de um novo donativo no montante de 518 milhões, financiado pelo Governo Chinês, para

realização de obras de Habitação Social em Portelinha - São Vicente, beneficiando 88 famílias.

69. É de se destacar a continuidade do donativo da Holanda (projeto terminal de cruzeiros) e do Luxemburgo (programa estágio e formação para empregabilidade), que representam 40,5% do total do donativo direto (898 milhões de CVE).

**Tabela 3 - Evolução Donativos Diretos por Financiador**

(em milhões de CVE)

Fornecedores	2018	2019	2020	2021	Taxa de Crescimento em %		
	CGE	Prov	OER	Orç	2019	2020	2021
Agência Espanhola Coop. Intern. para o Desenvol	19	16	55		-13,6	239,5	-100,0
Aga Khan Development Network		2			-	-100,0	-
Alemanha		3	9	16		183,7	80,4
A.F.R.I.S.T.A.D./Donativo	1	0			-51,3	-100,0	
Blue Affiliation For The Development If Great Events B.A.D	0				-100,0		
Banco Europeu De Investimento	32	39	63	20	22,8	60,7	-68,9
Banco Mundial	196	9	57		-95,2	511,2	-100,0
Canada Fund Local Initiatives (Cfli)	24	12	4		-50,5	-66,5	-100,0
CEDEAO		2				-100,0	
China	1	3	15		112,4	480,7	-100,0
Cooperação Espanhola	12	1.872	949	518	16.029,9	-49,3	-45,4
Nações Unidas		12	29	7		146,5	-77,7
Nações Unidas/FAO	72	76	225	150	4,9	197,1	-33,3
Espanha			138				-100,0
EUA	12	2	6		-85,0	237,9	-100,0
EUA/Embaixada em CV			31				-100,0
Embaixada França	1			15	-100,0		
F.A.O.							
F.A.R.E.E.V	2	2	121	175	-9,4	6.206,9	44,9
F.I.D.A	32	10			-68,4	-100,0	
Farel Collage-Holanda	71	76	183	171	8,1	139,1	-6,2
Fundação Calouste Gulbenkian		0	0	0		-35,2	0,0
Fundacion Canaria				1			
Fundación Mujeres por África		2	1	1		-46,1	0,0
Fundo Canadiano de Iniciatives Local		0	1			91,4	-100,0
Fundo De Afetação Especial			2				-100,0
Fundo Kuwait	20	15	6		-21,3	-63,3	-100,0
FNE	0		19				-100,0
France Expertise Internacionale			11				-100,0
GEOMAR -Alemanha	16	0			-100,0		
Global Environment Fund			2	6			161,6
Grupo de intervenção África Ocidental	70	40	543	66	-41,9	1.242,1	-87,9
HANBAN		5	1			-75,5	-100,0
Holanda				2			
Imperial College of Science , Technology and Medicine	0	0	470	465	-100,0		-1,1
Inglaterra			12				-100,0
Internacional Union For Conservation Of Nature		4	6	11		39,9	86,8
ICLP - Camões	1	0			-100,0		
Japão	16	38	35	5	135,6	-8,1	-86,5
Luxemburgo (incluindo Ajuda orçamental)	0	4	4			-0,1	-100,0
M.A.V.A	284	481	1.726	432	69,5	259,1	-75,0
Millennium Challenge Account		10	17	12		67,1	-24,9
O.M.S.	225	0			-100,0		
OIT	11	19	118	10	66,7	523,3	-91,9
Organização Mundial De Meteorologia		1				-100,0	
Organização Oeste Africana da Saúde		2				-100,0	
P.N.U.D	13	3	8		-77,1	162,4	-100,0
P.N.U.D/União Europeia	10	6	15	7	-37,9	136,0	-56,0
P.N.U.D/Luxemburgo			441				-100,0
Partenariat Mondial Pour L'education			20				-100,0
Portugal			73				-100,0
	55	78	75	14	41,0	-3,4	-80,7

Fornecedores	2018	2019	2020	2021	Taxa de Crescimento em %		
	CGE	Prov	OER	Orç	2019	2020	2021
Portugal/Fundação Para A Ciência E Tecnologia				1			
Suíça	1	0			-100,0		
Toyota Motor Corporation		11				-100,0	
União Europeia (Incluindo acordo de pesca)	799	240	339	109	-69,9	41,3	-67,9
United Nations Environment Programme	0	1	4	4		296,2	0,0
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1.994</b>	<b>3.099</b>	<b>5.834</b>	<b>2.219</b>	<b>55,4</b>	<b>88,3</b>	<b>-62,0</b>

Fonte: Ministério das Finanças

### 3.2.1.2.2. Ajuda Orçamental Donativos

70. Para 2021, prevê-se uma diminuição ao nível de financiamento através da ajuda orçamental donativos em 47,4%, comparado com a estimativa do desembolso para 2020, justificada pela diminuição de financiamento por parte da União Europeia. Estima-se que o OE será financiado pela ajuda orçamental donativos no montante de 1.029 milhões de CVE, designadamente:

- União Europeia, com 974 milhões de CVE; e
- Portugal, com 55 milhões de CVE.

71. Em relação a ajuda orçamental do Luxemburgo houve uma reclassificação para donativos diretos, visto que esta financia diretamente unidades finalísticas relativas ao ensino, aos estágios e à formação, para a empregabilidade. Prevê-se uma diminuição da ajuda orçamental do Luxemburgo de 331 milhões de CVE para 221 milhões de CVE, representando uma diminuição de 33,2%, comparativamente ao previsto para 2020.

### 3.2.1.3. Outras Receitas

72. Relativamente às Outras Receitas, para 2021, espera-se arrecadar um valor a rondar os 14.151 milhões de CVE (7,2% do PIB), registando-se um acréscimo de 25,4%, comparado com o OR 2020, o que representa, em termos absolutos, o montante de 2.864 milhões de CVE.

**Tabela 4 - Evolução e Projeções das Outras Receitas**

	2018	2019	2020	2021	Taxa de crescimento em %			Em % do PIB		
	CGE	Prov.	OER	Orç.	2019	2020	2021	2019	2020	2021
<b>Outras Receitas</b>	<b>8.102</b>	<b>9.061</b>	<b>11.288</b>	<b>14.151</b>	<b>11,8</b>	<b>24,6</b>	<b>25,4</b>	<b>4,6%</b>	<b>6,1%</b>	<b>7,3%</b>

	2018	2019	2020	2021	Taxa de crescimento em %			Em % do PIB		
	CGE	Prov.	OER	Orç.	2019	2020	2021	2019	2020	2021
Rendimentos de Propriedade	1.793	2.301	3.289	5.384	<b>28,4</b>	42,9	<b>63,7</b>	<b>1,2%</b>	<b>1,8%</b>	<b>2,8%</b>
Vendas de Bens e serviços	5.509	5.991	6.579	7.317	<b>8,7</b>	9,8	<b>11,2</b>	<b>3,1%</b>	<b>3,6%</b>	<b>3,8%</b>
Taxas	5.293	5.855	6.366	7.097	<b>10,6</b>	8,7	<b>11,5</b>	<b>3,0%</b>	<b>3,5%</b>	<b>3,7%</b>
Vendas	216	136	213	220	<b>-37,3</b>	57,2	<b>3,1</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,1%</b>
Multas e Outras Penalidades	369	408	299	318	<b>10,5</b>	-26,8	<b>6,5</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,2%</b>
Outras Transferências	24	129	425	320	<b>437,0</b>	230,5	<b>24,9</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,2%</b>	<b>0,2%</b>
Outras Receitas D. não Especificadas	407	233	695	813	<b>-42,9</b>	198,9	<b>16,9</b>	<b>0,1%</b>	<b>0,4%</b>	<b>0,4%</b>

Fonte: Ministério das Finanças

73. Essa variação é impulsionada, essencialmente, pela previsão da:

- arrecadação das receitas advenientes de rendimento de propriedade que resultam das reformas económicas em curso desde 2018, traduzindo-se, em 2021, no montante de 5.384 milhões de CVE, o que representa 2,8% do PIB. Esta receita decorre, essencialmente, da previsão da entrada de dividendos e do processo de privatização/concessão de empresas públicas do sector aeroportuário e farmacêutico.
- arrecadação de vendas de bens e serviços, em 2021, no montante de 7.317 milhões de CVE, o que representa um aumento de 11,2%, comparado com a estimativa de arrecadação para 2020, justificada pelo aumento da arrecadação da taxa de segurança aeroportuária onde prevê-se aberturas de fronteira e retoma de voos, outros emolumentos e custas, dos serviços médico-hospitalares, da taxa específica sobre tabaco, da taxa de serviços de passaporte e de outras taxas;
- realização de receitas de multas e outras penalidades superiores em 6,5%, comparado com OR de 2020, o que representa 0,2% do PIB, justificado pela inscrição das receitas da Inspeção Geral das Pescas, da fiscalização e segurança marítimo e portuário e de multas por infração ao código da estrada;
- realização de outras transferências no montante de 320 milhões de CVE, representando uma diminuição de 24,9%, comparado com OR de 2020, justificado essencialmente pela diminuição do montante projetado das receitas dos serviços consulares, ajustado ao desempenho observado durante o ano de 2020.

### **3.2.1.4. Vendas de Ativos Não Financeiros**

74. Para 2021, prevê-se um aumento das receitas provenientes de vendas de Ativos Não Financeiros, passando de 451 milhões de CVE para 1.833 milhões de CVE, justificado, essencialmente, pelo aumento da previsão de vendas de terrenos.

### **3.2.2. Despesas Totais e Ativos Não Financeiros**

#### **3.2.2.1. Por Classificação Económica**

75. As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, para 2021, foram fixadas em 77.896 milhões de CVE, representando 40,1% do PIB e registando um crescimento de 3,5% em relação ao OR 2020. Este crescimento resulta, particularmente, da aceleração da execução do Programa Plurianual de Investimentos Públicos (PPIP) em resposta à crise provocada pela COVID-19 e do aumento de algumas despesas obrigatórias decorrentes, essencialmente:

- (i) das despesas com as eleições legislativas e presidenciais;
- (ii) das despesas com encargos com a dívida;
- (iii) do aumento do número de pensionistas; e
- (iv) de despesas com pessoal, cujo processo de contratação à data da conclusão do OR estava em curso, com destaque ao reforço dos técnicos de saúde em resposta à COVID-19.

#### **3.2.2.1.1. Despesas Correntes incluindo Transferências de Capital**

76. Em 2021, o montante global das Despesas Correntes, incluindo transferências de capital, é de 60.963 milhões de CVE, registando uma diminuição de 6,2% comparativamente ao OR 2020.

77. As despesas correntes continuam marcadas por uma excessiva rigidez estrutural, onde as despesas obrigatórias constituem cerca de 79,1% do montante total, com ênfase para as despesas com o pessoal (39,6%) e para outras despesas onde se pode destacar os encargos da dívida pública, às transferências aos municípios e as pensões, que representam 39,5%.

**Tabela 5 - Evolução das Despesas de Funcionamento**

(em milhões de CVE)

	Taxa de Crescimento em %							Estrutura %			
	2018	2019	2020	2021	2019	2020	2021	2018	2019	2020	2021
	CGE	Prov	OER	Orç							
<b>Despesas Correntes (inc Transf Capital)</b>	<b>48.072</b>	<b>53.343</b>	<b>64.973</b>	<b>60.963</b>	<b>11,0</b>	<b>21,8</b>	<b>-6,2</b>	<b>85,6</b>	<b>87,0</b>	<b>86,3</b>	<b>78,3</b>
Despesas com Pessoal	19.580	20.595	23.647	24.143	5,2	14,8	2,1	34,9	33,6	31,4	31,0
Aquisição de bens e serviços	7.505	8.001	15.438	11.383	6,6	93,0	-26,3	13,4	13,0	20,5	14,6
Juros e outros encargos	4.733	4.991	5.187	5.463	5,4	3,9	5,3	8,4	8,1	6,9	7,0
Subsídios	153	160	891	629	4,9	456,5	-29,4	0,3	0,3	1,2	0,8
Transferências	6.345	6.015	8.072	7.412	-5,2	34,2	-8,2	11,3	9,8	10,7	9,5
Benefícios Sociais	6.237	7.270	8.046	8.071	16,6	10,7	0,3	11,1	11,9	10,7	10,4
Outras Despesas	3.519	6.310	3.692	3.863	79,3	-41,5	4,6	6,3	10,3	4,9	5,0
Ativos não Financeiros	8.065	7.971	10.302	16.933	-1,2	29,2	64,4	14,4	13,0	13,7	21,7
Compra de Ativos não financeiros	8.065	7.971	10.302	16.933	-1,2	29,2	64,4	14,4	13,0	13,7	21,7
<b>Total de Despesas</b>	<b>56.137</b>	<b>61.313</b>	<b>75.275</b>	<b>77.896</b>	<b>9,2</b>	<b>22,8</b>	<b>3,5</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Ministério das Finanças

### 3.2.2.1.1.1. Despesa com Pessoal

78. Nos últimos três anos, as Despesas com Pessoal têm representado, em média, 33,3% do total das Despesas. A sua evolução tem sido determinada (i) pela implementação do PCCS de várias carreiras de quadro privativo na Administração Pública; e (ii) pelo recrutamento de professores, enfermeiros, médicos, polícias, inspetores, seguranças e técnicos da Polícia Judiciária, técnicos de receitas, técnicos de finanças, magistrados do Ministério Público e da Magistratura Judicial e oficiais de justiça.
79. Para 2021, as Despesas com Pessoal foram estimadas, essencialmente, com base (i) na lista nominal dos efetivos em funções, registados na Base de Dados dos Recursos Humanos (SIGOF); (ii) compromissos com recrutamentos, reclassificação, promoção e progressão efetuados em 2020 cujo processo do concurso terminou ou encontrava-se na fase final do processo até março do corrente ano;
80. Devido ao impacto negativo da pandemia da COVID-19, que se traduziu, a nível mundial, numa crise sanitária e económica e num cenário de muitas incertezas no que concerne a retoma da atividade económico, fatores que condicionam a capacidade

endógena do financiamento, o Governo prevê medidas de contenção de despesas com pessoal, nos seguintes termos:

- ficam suspensas a reestruturação, revisão e implementação de Planos de Cargos, Carreiras e Salários que ainda não constituem despesas legalmente instituídas, mesmo que tenha havido compromissos prévios. Os compromissos anteriormente assumidos deverão ser retomados logo que a situação económica e fiscal reunirem as condições para o efeito;
- não é permitida apresentação de proposta que aumente as despesas do Estado relativamente a gastos com pessoal, incluindo subsídios; e
- ficam suspensos os concursos e recrutamentos na administração pública que aumentem as despesas do Estado.

81. Para 2021 foi previsto o montante de 24.143 milhões de CVE, representando 12,4% do PIB o que corresponde um crescimento da 2,1% (em termos absolutos 495 milhões de CVE), em relação ao OR 2020. O aumento deve-se ao impacto:

- (i) dos compromissos assumidos com recrutamentos em cursos de 2019 e 2020 (médicos, enfermeiros, técnicos de saúde, assistentes e apoios operacionais para as diferentes estruturas de saúde, diplomatas, agentes da Polícia Nacional e técnicos para os diferentes ministérios) – 202 milhões de CVE;
- (ii) dos subsídios permanentes sobretudo dos diplomatas e gratificações eventuais para pagamento de velas nas diferentes estruturas de saúde - 108 milhões de CVE;
- (iii) Reforço da rubrica de segurança social – 100 milhões de CVE; e
- (iv) Previsão de reingressos dos funcionários que se encontram em comissão de serviços - 85 milhões de CVE.

#### **3.2.2.1.1.2. Aquisição de Bens e Serviços**

82. Nos últimos três anos as despesas com a “Aquisição de Bens e Serviços - ABS” têm representado, em média, cerca de 15,6% do total de despesas. Para 2021, fixa-se o montante em 11.383 milhões de CVE, traduzindo-se numa diminuição de 26,3% (4.057 milhões de CVE) comparado com OR 2020. Esta diminuição decorre da:



- (i) Redução dos recursos mobilizados, através de donativo e empréstimos sobretudo para fazer face à COVID-19, ao “Programa de Apoio ao Sector de Água e Saneamento e à Competitividade em Cabo Verde”, “Recenseamento Geral da População e Habitação 2020”, “Reforma do Sector de Transportes”, “Preparação Projeto Cabo Verde Digital” e “Competitividade Para o Desenvolvimento do Turismo” – 3.123 milhões de CVE; e
- (ii) Redução do Financiamento do tesouro, na sequência das medidas de contenção adotadas, bem como conclusão dos processos de encontros de contas (dívidas fiscais *versus* serviços prestados ao Estado) - 1.067 milhões de CVE.

83. É de se realçar o aumento verificado:

- na ajuda alimentar e outros - 132 milhões de CVE;
- na sequência do Impacto com o compromisso do Governo com a gratuidade do ensino até o 12º ano de escolaridade - 78 milhões de CVE; e
- com donativo ao projeto “Reforço da Capacidade Adaptativa e Resiliência do Sector Florestal em Cabo Verde” - 57 milhões de CVE.

### **3.2.2.1.1.3. Juros e Outros Encargos**

84. A evolução das despesas com Juros e Outros Encargos está intrinsecamente relacionada com a contratação do empréstimo/stock da dívida pública.

85. Nos últimos três anos, o peso médio desse agregado é de 7,7% sobre o total da despesa. Para o ano 2021, prevê-se o montante de 5.463 milhões de CVE para fazer face aos juros e outros encargos, o que corresponde a um acréscimo de 5,3% em relação ao OR de 2020, representando um peso de 7,0% do total do orçamento, com destaque para os juros da dívida interna com o montante de 3.343 milhões de CVE.

86. De destacar o aumento significativo da outra componente do serviço da dívida (amortização de capital), que pese embora não constitua despesa para apuramento do saldo, o mesmo como rubrica de diminuição do passivo, ganha particular

importância no consumo dos recursos, tendo em conta o seu aumento de 26,9% comparativamente ao previsto no OR, ou seja, mais 3.005 milhões de CVE.

#### **3.2.2.1.1.4. Subsídios**

87. A rubrica Subsídios está orçada em 629 milhões de CVE para 2021, prevendo-se uma diminuição de 29,4%, em face ao OR 2020, justificada, essencialmente, pela projeção de renegociação de contrato de concessão das linhas marítimas.

#### **3.2.2.1.1.5. Transferências Correntes**

88. O montante das transferências, corrente e de capital, previsto para 2021 ascende a 7.412 milhões de CVE, o que representa uma diminuição de 8,2%, comparado com o OR 2020, justificada, essencialmente, pela conclusão de projetos com financiamento externo no montante de 1.362 milhões de CVE, que estarão concluídos ainda em 2020.

89. É de realçar o aumento do financiamento tesouro no montante 405 milhões de CVE devido, essencialmente, ao aumento do Fundo de Financiamento Municipal (FFM) e previsão das despesas com eleições.

#### **3.2.2.1.1.6. Benefícios Sociais**

90. Para o ano 2021, prevê-se o montante de 8.071 milhões de CVE para a atribuição de benefícios sociais, traduzindo-se num aumento de 0,3%, comparativamente ao OR 2020 representando um peso de 10,4% do total de orçamento. Essa evolução decorre, essencialmente, do impacto de novos pensionistas e aposentados do regime contributivo da Administração Pública.

91. É de realçar, a diminuição dos donativos mobilizados no âmbito das medidas emergenciais, adotadas pelos Governo em 2020, para mitigar o impacto da COVID-19 junto das famílias mais vulneráveis.

### **3.2.2.1.1.7. Outras Despesas**

92. Para o ano económico de 2021, prevê-se o montante de 3.863 milhões de CVE, representando um aumento de 4,6% em face ao OR 2020, justificado pelo aumento das despesas relacionadas com as subvenções aos partidos políticos no âmbito das eleições autárquicas, a ocorrer no IV trimestre de 2020, e legislativas, a ocorrer no I semestre de 2021.
93. Nesse agrupamento económico estão enquadradas despesas a serem realizadas com às restituições do IR-PS e do IVA, às indemnizações, às bolsas de estudos e outros benefícios educacionais.

### **3.2.2.1.2. Ativos não Financeiros**

94. Para o ano económico de 2021, prevê-se o montante de 16.933 milhões de CVE, equivalente a 21,7% do total do orçamento, um aumento de 64,4%, representando em termos absolutos uma variação positiva de 6.632 milhões de CVE comparando com o OR 2020. Esse aumento deve-se, essencialmente:

- A mobilização de empréstimos externos - acréscimos de 5.750 milhões de CVE justificados pelo Financiamento:
  - do setor de água e saneamento, com um impacto de 4.094 milhões de CVE distribuído pelos projetos de investimentos “Sistema de Produção e Distribuição de Água em Santiago”, “Projeto de Água e Saneamento de Bairros Periféricos da Cidade da Praia” e “Saneamento do Porto Novo” com o objetivo de até 2021 aumentar em 100% o acesso e a acessibilidade aos serviços de água de boa qualidade e 61% do acesso e acessibilidade aos serviços de saneamento;
  - do projeto “terminal de cruzeiros” acréscimo de 2.441 milhões de CVE, comparando com o orçamento inicialmente previsto em 2020, visto que torna um imperativo relançar o turismo em Cabo Verde.

É de se realçar o término do desembolso relativo a empréstimos no montante de 787 milhões de CVE referentes aos projetos “Melhoria do Diagnóstico Médico

em Cabo Verde - Aquisição de Equipamento” e “Projeto de Saneamento de Espargos”.

- O financiamento tesouro - Acréscimos de 2.105 milhões de CVE, justificado sobretudo, pela:
  - inscrição do projeto “Promoção Habitacional” no montante de 2.159 milhões de CVE com o objetivo de reduzir défice habitacional nas ilhas de São Vicente, Sal, Boa Vista e Santiago (Praia).
  - Reforço do projeto “Melhoria da Gestão de RSU” no montante de 131 milhões de CVE com o objetivo de aumentar em 89,3% a cobertura de recolha, tratamento e reutilização dos Resíduos Sólidos Urbanos contribuindo para a sua gestão eficiente;
  - Reforço da contrapartida nacional no montante de 246 milhões de CVE;É de se realçar a diminuição no montante de cerca 627 milhões de CVE devida a reprogramação de algumas obras para os anos subsequentes.
- Diminuição da mobilização de donativos e ajuda alimentar em cerca 1.210 milhões de CVE justificados, essencialmente, pelo término do projeto “Construção de Campo Universitário de Palmarejo” e diminuição de donativos mobilizado para fazer face ao impacto da COVID-19 no setor da saúde.

### **3.2.2.2. Despesas Totais por Tipo de Financiamento**

95. O contexto mundial mudou com a pandemia e o forte impacto da mesma sobre o turismo e outros setores da atividade económica, reduzindo a capacidade endógena de financiamento.
96. Neste contexto, em 2020 foi aprovado o Orçamento Retificativo, procedendo a reprogramação a capacidade do financiamento do Tesouro com recursos endógenos de menos de 18%, comparativamente ao orçamento inicialmente previsto no OE 2020. Entretanto, para 2021, tendo em conta as perspetivas de retoma da dinâmica económica, prevê-se um aumento da capacidade interna de financiamento em 22,6%, em face ao previsto no OR 2020, o que representa 30,0% do PIB programado para o ano.

**Tabela 6 - Evolução das Despesas do PPIP por Tipo de Financiamento**

(em milhões de CVE)

Financiamento	2018 CGE	2019 Prov	2020 OR	2021 Orç	Taxa de Crescimento em %			em % do PIB		
					2019	2020	2021	2019	2020	2021
<b>Interno</b>	<b>45.137</b>	<b>45.760</b>	<b>47.891</b>	<b>58.245</b>	1,4	4,7	21,6	23,4	26,1	30,0
Tesouro (Rec. Int.)	44.980	45.484	47.108	57.406	1,1	3,6	21,9	23,3	25,6	29,5
OFN	157	277	783	839	75,6	183,1	7,1	0,1	0,4	0,4
<b>Externo</b>	<b>11.000</b>	<b>15.553</b>	<b>27.384</b>	<b>19.651</b>	41,4	76,1	-28,2	8,0	14,9	10,1
Donativo	2.876	4.774	7.791	3.248	66,0	63,2	-58,3	2,4	4,2	1,7
Empréstimo	8.043	10.481	19.299	16.106	30,3	84,1	-16,5	5,4	10,5	8,3
Ajuda Alimentar	80	299	294	297	272,4	-1,6	1,1	0,2	0,2	0,2
<b>Total da Despesa</b>	<b>56.137</b>	<b>61.313</b>	<b>75.275</b>	<b>77.896</b>	9,2	22,8	3,5	31,4	41,0	40,1

**Fonte:** Ministério das Finanças

63. No que tange ao financiamento externo, nota-se que 25,2% das despesas são financiadas por recursos externos.

97. Os donativos, na modalidade de ajuda a projetos diretos e ajuda orçamental donativos, totalizam o montante de 3.248 milhões de CVE, equivalente a 16,5% do total do financiamento externo, sendo os maiores financiadores na modalidade de donativos diretos aos projetos são: China, com 518 milhões de CVE, Holanda, com 465 milhões de CVE, e Luxemburgo, com 432 milhões de CVE.

98. O total dos empréstimos externos, excluindo ajuda orçamental empréstimos, ascende a 12.418 milhões de CVE, equivalente a 63,2% do total do financiamento externo. Esses financiamentos estão canalizados para 11 Programas, com destaque para os Programas de Água e Saneamento (7.224 milhões de CVE), Infraestruturas Modernas e Seguras (3.859 milhões de CVE), Garantia de Acesso ao Rendimento, à Educação, aos Cuidados e à Saúde (396 milhões de CVE) e à Educação de Excelência (306 milhões de CVE).

99. A ajuda orçamental prevista para 2021, ascende a 4.717 milhões de CVE, representando 24,0% do total do financiamento externo, sendo 1.029 milhões de CVE provenientes da ajuda orçamental donativos e 3.688 milhões de CVE da ajuda orçamental empréstimos.

**Tabela 7 - Evolução da Ajuda Orçamental**

(em milhões de CVE)

Ajuda Orçamental	2018 CGE	2019 Prov	2020 OER	2021 Orç	Taxa de Crescimento em %		
					2019	2020	2021
<b>Donativos</b>	<b>882</b>	<b>1.675</b>	<b>1.957</b>	<b>1.029</b>	<b>89,9</b>	<b>16,8</b>	<b>-47,4</b>
União Europeia	827	1.620	1.902	974	95,9	17,4	-48,8
Portugal	55	55	55	55	0,0	0,0	0,0
<b>Empréstimos</b>	<b>2.205</b>	<b>7.927</b>	<b>10.173</b>	<b>3.688</b>	<b>259,4</b>	<b>28,3</b>	<b>-63,7</b>
Banco Mundial	0	3.943	3.570	2.034	-	-9,4	-43,0
BAD	2.205	3.984	3.308	1.654	80,7	-17,0	-50,0
FMI			3.295		-	-	-100,0
<b>Total da Ajuda Orçamental</b>	<b>3.087</b>	<b>9.602</b>	<b>12.130</b>	<b>4.717</b>	<b>211,0</b>	<b>26,3</b>	<b>-61,1</b>

Fonte: Ministério das Finanças

### 3.2.2.3. Classificação Funcional

100. Analisadas as despesas totais na ótica funcional, nos últimos três anos, os Serviços Públicos Gerais foram responsáveis pela realização, em média, de cerca de 17.613 milhões de CVE. Para 2021, constata-se que os Serviços Públicos Gerais continuam com o maior peso no Orçamento de Estado representando cerca de 25,2%, equivalentes 10,1% do PIB, pese embora se preveja uma redução de 0,5%, face ao OR 2020. Entretanto, mesmo tendo registado, em face ao OR 2020, uma redução, em termos absolutos, de 103 milhões de CVE, com resultado dos ajustes e contenção de despesas públicas, é de se observar o reforço de 300 milhões de CVE da dotação orçamental para a realização das eleições Legislativas e Presidenciais.

**Tabela 8 - Despesas, por Função do Estado**

(em milhões de CVE)

FUNÇÃO	2018 CGE	2019 Prov	2020 OER	2021 Orç	Taxa de crescimento em %			Em % do PIB		
					2019	2020	2021	2019	2020	2021
Serviços Públicos Gerais	15.794	17.320	19.725	19.623	9,7	13,9	-0,5	8,9%	10,7%	10,1%
Defesa	1.002	978	1.179	1.177	-2,4	20,6	-0,2	0,5%	0,6%	0,6%
Segurança e ordem pública	4.741	5.398	6.320	6.095	13,9	17,1	-3,5	2,8%	3,4%	3,1%
Assuntos económicos	6.728	7.171	9.822	9.373	6,6	37,0	-4,6	3,7%	5,3%	4,8%
Proteção ambiental	935	1.625	2.454	2.428	73,7	51,0	-1,0	0,8%	1,3%	1,2%
Habituação e desenvolvimento urbanístico	582	2.069	3.933	7.283	255,2	90,1	85,2	1,1%	2,1%	3,7%

FUNÇÃO	2018	2019	2020	2021	Taxa de crescimento em %			Em % do PIB		
					CGE	Prov	OER	Orç	2019	2020
Saúde	5.181	5.911	9.215	7.202	14,1	55,9	-21,8	3,0%	5,0%	3,7%
Serviços culturais recreativos e religiosos	725	728	657	748	0,3	-9,8	13,9	0,4%	0,4%	0,4%
Educação	9.862	11.438	12.626	11.779	16,0	10,4	-6,7	5,9%	6,9%	6,1%
Proteção social	10.586	8.676	9.343	12.188	-18,0	7,7	30,5	4,4%	5,1%	6,3%
<b>TOTAL</b>	<b>56.137</b>	<b>61.313</b>	<b>75.275</b>	<b>77.896</b>	<b>9,2</b>	<b>22,8</b>	<b>3,5</b>	<b>31,4%</b>	<b>41,0%</b>	<b>40,1%</b>

Fonte: Ministério das Finanças

101. Apesar do contexto, onde se prevê redimensionamento de algumas despesas correntes, adiamento de algumas obras e processos sem compromisso assumido, o orçamento para 2021 prevê acréscimo em algumas funções do Estado, nomeadamente:

- a função da Habitação e desenvolvimento Urbanístico com previsão de crescimento de 85,2% (+3.350 milhões de CVE em termos absolutos), comparando com o OR 2020, representando 3,7% do PIB. O acréscimo é justificado pela subfunção águas e saneamento que apresenta um orçamento total de 7.062 milhões de CVE, devido, essencialmente, a orçamentação do montante de 6.964 milhões de CVE no projeto “Sistema de Produção e Distribuição de Água Em Santiago”, visando melhorar a produção, distribuição e a qualidade de água às populações.
- a função relativa à Proteção Social, que representa um acréscimo de 30,5% comparando com o OR 2020, passando de 9.343 milhões de CVE para 12.188 milhões de CVE (+2.845 milhões de CVE), representando 6,3% do PIB. O aumento é justificado, pela subfunção habitação, com foco nas medidas de apoio às famílias, no que tange à promoção habitacional (inscrito com 2.160 milhões de CVE), habitação Social em Portelinha (inscrito com 518 milhões de CVE), pensões (+360 milhões de CVE) e pela subfunção exclusão social onde se dá a continuidade a implementação do rendimento Social de Inclusão (+303 milhões de CVE); e
- a função serviços culturais recreativos e religiosos registou um crescimento de 13,9%, o que representa, em termos absolutos, cerca de 91 milhões de CVE, comparado com o OR de 2020. Esse aumento deve-se sobretudo, à inscrição de uma nova unidade “Parcerias para Vencer” orçado em 45 milhões de CVE, reforço

para a funcionalidade da “ONAD – Organização Nacional Antidopagem CV “(+15 milhões de CVE) e do “Centro de Artesanato de S. Vicente” (+9 milhões de CVE) e 21 milhões de CVE para a previsão das receitas consignadas.

102. É de se realçar a diminuição em algumas funções:

- Saúde passa de uma dotação de 9.215 milhões de CVE no OR 2020 para 7.202 milhões de CVE, o que representa em termos absolutos uma diminuição de 2.013 milhões de CVE, justificada, essencialmente, pela redução verificada, na subfunção Serviços de saúde no montante de 1.117 milhões de CVE. Isto, devido ao financiamento externo mobilizado no âmbito da pandemia de COVID-19 e, portanto, ser concluído em 2020 e ao facto de na subfunção serviços hospitalares gerais, estar previsto ser concluído, ainda em 2020, a implementação do projeto “Melhoria do Diagnóstico Médico em Cabo Verde” no montante de 662 milhões de CVE e na subfunção Produtos Farmacêuticos no montante de 302 milhões de CVE. É de se destacar o reforço de 225 milhões de CVE previstos no OE 2021 para fazer face aos impactos dos recrutamentos dos profissionais de saúde.
- Educação representa cerca de 15,1% do peso total do orçamento e 6,1% do PIB, o que evidencia a prioridade que o Governo tem concedido ao setor da educação. Nota-se uma diminuição de 6,7% (848 milhões de CVE, em termos absolutos), comparando com estimativa do OR2020, devido, ao término do projeto construção o Campus de Palmarejo no montante de 933 milhões de CVE enquadrado na subfunção licenciatura. É de se destacar o reforço de 78 milhões de CVE para cobrir o impacto da gratuitidade do ensino até 12º ano de escolaridade e o reforço de 42 milhões de CVE para operacionalizar a Universidade Técnica do Atlântico (UTA). Para 2021, prevê-se a continuidade de estratégias que visam melhorar a qualidade, eficácia, eficiência e efetividade das políticas educativas, através do reforço da qualidade da educação e dos serviços prestados pelos estabelecimentos de ensino, com forte aposta na modernização das escolas básicas e secundárias (ampliação, construção e reabilitação); melhoria da gestão curricular no ensino secundário; e na formação de professores dos ensinos básico e secundário.



- Assuntos económicos representam 12,0% do peso total do orçamento e 4,8% do PIB, passando de 9.822 milhões de CVE para 9.373 milhões de CVE, o que traduz uma redução de 4,6%, comparado com o OR 2020, e em termos absolutos 449 milhões de CVE. Essa diminuição deve-se, essencialmente, à redução das receitas do Tesouro e donativos. Não obstante essa redução, essa função abarca projetos estruturantes com avultados orçamentos tais como: “Terminal de Cruzeiros” (3.167 milhões de CVE); “Reabilitação de Estradas” (562 milhões de CVE); “Desenvolvimento do Turismo” (371 milhões de CVE); capitalização do Fundo Nacional de Emergência (192 milhões de CVE); “Fadstmi-Sistema para o Desenvolvimento do Setor de Transporte Marítimo inter-Ilhas” ( 358 milhões de CVE); “Reforço da Resiliência do Setor Agrário aos Efeitos Adversos das Mudanças Climáticas em Cabo Verde” (180 milhões de CVE).
- Segurança e Ordem pública passa de 6.320 milhões de CVE no orçamento de 2020 para 6.095 milhões de CVE em 2021, diminuição justificado, sobretudo, pela revisão em baixa das receitas do Fundo do Turismo e do Tesouro. Apesar da redução dos recursos alocados a essas funções no quadro no OE 2021, é de se destacar o reforço com impactos dos recrutamentos dos agentes da Polícia Nacional no montante de 61 milhões de CVE, dos agentes prisionais e apoios operacionais para as diferentes estruturas do ministério da Justiça, no montante de 32 milhões de CVE, no Projeto Cidade Segura, no montante de 18 milhões de CVE e Sustentabilidades das Cadeias, com 12 milhões de CVE.

#### 4. RECEITAS CONSIGNADAS E RESPECTIVAS CONTRAPARTIDAS EM DESPESAS

(Alínea h) do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

(em CVE)

RECEITAS		DESPESAS	
<b>1. Receitas Consulares</b>	<b>85 106 885</b>	<b>1. Fundo de Solidariedade das Comunidades</b>	<b>85 106 885</b>
<b>2. Contribuição Turística</b>	<b>678 955 820</b>	<b>2. Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo</b>	<b>678 955 820</b>
2.1 <i>Receitas do ano corrente</i>	612 899 998		
2.2 <i>Saldo do ano anterior</i>	66 055 822		
<b>3. Taxa Ecológica</b>	<b>994 611 398</b>	<b>3. Fundo do Ambiente</b>	<b>994 611 398</b>
2.1 <i>Receitas do ano corrente</i>	675 492 269		
2.2 <i>Saldo do ano anterior</i>	319 119 129		
<b>4. Receitas do Totoloto</b>	<b>56 702 767</b>	<b>4. Transferência</b>	<b>56 702 767</b>
		4.1 Assuntos Sociais	13 085 254
		4.2 Fundo do Desporto	13 085 254
		4.3 Promoção de Atividades Culturais	13 085 254
		4.4 FICASE	13 085 254
		4.5 ICCA	4 361 751
<b>5. Taxa Comunitaria CEDEAO</b>	<b>308 811 709</b>	<b>6. Transferência à Organismos Internacionais</b>	<b>308 811 709</b>
<b>7. Taxa Compensação Equitativa Cópia Privada</b>	<b>50 000 000</b>	<b>7. Transferência</b>	<b>50 000 000</b>
		7.1 Outras transferências	35 000 000
		Sociedades de Gestão coletiva dos Direitos de Autor e Conexos	25 000 000
		Produtores de fonogramas e de videograma	10 000 000
		7.2 Fundo autónomo de Apoio a Cultura	15 000 000
<b>8. Imposto Especial sobre Jogos</b>	<b>39 000 000</b>	<b>8. Funcionamento da Inspeção Geral de Jogos</b>	<b>39 000 000</b>
		8.1 Orçamento do Estado	19 500 000
		8.2 Fundo de Desenvolvimento Turístico	5 850 000
		8.3 Fundo de Desenvolvimento do Desporto	3 900 000
		8.4 Fundo Autónomo de Apoio a Cultura	3 900 000
		8.4 Municípios	3 900 000
		8.5 Fundo de Apoio ao Ensino e Formação	1 950 000
<b>9. Taxa de Segurança Marítima</b>	<b>308 000 000</b>	<b>9. Fundo Autónomo de Desenvolvimento e Segurança do Transporte Marítimo</b>	<b>308 000 000</b>

RECEITAS		DESPESAS	
10. Taxa de Segurança Aeroportuaria	1 239 501 578	10. Distribuição	1 239 501 578
		10.1. Orçamento do Estado	882 946 361
		10.2. Sistema Integrado de Controlo de Fronteiras	356 555 217
11. Taxa pela emissão e substituição dos documentos de identificação civil	306 516 802	11. Sistema Nacional de Identificação Civil - SNIAC	306 516 802
		11.1. Passaporte Eletrónico - PEC	191 524 912
		11.2. Cartão Nacional de Identificação - CNI	59 383 546
		11.3. Título de Residência de Estrangeiros - TRE	22 500 000
		11.4. Funcionamento do SNIAC	33 108 344
12. Contribuição das Operadoras de Comunicações e Taxa de Espectro Radioelétrico	122 073 633	12. Fundo de Serviço Universal e Desenvolvimento da Sociedade de Informação (FUSI)	122 073 633
13. Vendas de Manuais Escolares	100 000 000	13. Fundo Autónomo de Edição de Manuais Escolares	100 000 000
14. Multas e coimas por crimes e contra-ordenação previstas no RJIT n/Aduaneiras	19 638 280	14. Distribuição	19 638 280
		14.1 Programa da Cidadania Fiscal	7 501 628
		14.2 Reforço da Inspeção, Fuga e Combate à Evasão Fiscal	12 136 652
15. Outras Receitas Consignadas do MEM	344 900 000	15. Distribuição	344 900 000
		15.1 Fundo Autónomo de Desenvolvimento e Segurança do Transporte Marítimo	171 900 000
		15.2 Fundo Autónomo das Pescas	173 000 000
<b>Total</b>	<b>4 653 818 872</b>		<b>4 653 818 872</b>

## **5. POLÍTICA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS**

(Alínea c) do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

- I03. No domínio da Gestão de recursos humanos, no ano de 2021 o Governo irá aprovar uma nova Lei de Bases da Função pública, enquanto diploma legal que constitui o alicerce de todos os instrumentos de Gestão de Recursos Humanos. Na nova Lei de Bases, as carreiras estarão centradas no conceito de função em detrimento dos cargos, que está na base dos sentimentos de iniquidade detetadas no diagnóstico efetuado aos instrumentos de Gestão de recursos humanos.
- I04. Com a nova Lei de Bases, o enquadramento funcional, a definição da posição remuneratória, o nível salarial, a evolução profissional a que o funcionário tenha direito passará a ser efetuado com base numa análise prévia das funções de modo a determinar-se o perfil de competências e habilitações literárias ajustado às funções, a complexidade e o grau de maturidade necessário. Com essa nova Lei de Bases será introduzido uma nova forma de vinculação à administração pública, que é a do contrato de trabalho por tempo indeterminado. Com este instrumento pretende-se por um lado, dotar o Estado de um instrumento mais flexível de gestão de recursos humanos e por outro dar mais estabilidade aos funcionários vinculados por contrato de trabalho. A integração em regime de carreira ou de emprego passará a estar exclusivamente e diretamente relacionada com a natureza permanente ou transitória das funções independentemente do Grau elevado ou não da qualificação literária. Introduce-se ainda a possibilidade de os funcionários que desempenham funções e unicategoriais, evoluírem na horizontal, mudando de posição remuneratória por desempenho positivo. Com esta medida pretende-se valorizar os funcionários que embora desempenhem funções que não exigem alto nível de qualificação estejam a desempenhar funções permanentes da Administração Pública Cabo-verdiana.
- I05. Propõe-se ainda aprovação de um novo plano de funções, cargos e remunerações, PCFR, no qual o sistema remuneratório estará alicerçado numa tabela remuneratória única para toda a Administração Pública, sendo os funcionários enquadrados num

determinado nível salarial, dependendo do Grupo de Enquadramento a que a sua função se insere, em resultado da análise das funções que desempenham. A aprovação da tabela remuneratória única irá permitir a resolução das expressivas disparidades salariais entre funcionários e trabalhadores que desempenham idênticas funções, mas cujas diferenças salariais resultam da sua inserção em diferentes regimes de carreiras, em flagrante violação do princípio básico de equidade: para trabalho igual, salário igual.

106. Em 2021, irá ainda decorrer o primeiro programa de regularização de precários na Administração Pública. Com esta medida o Governo pretende solucionar a situação de precariedade de uma percentagem muito expressiva de funcionários e contratados, vinculados a partir de contratos de trabalho a termo certo, em regime de emprego ou nos projetos de investimento ou ainda vinculados por contratos de prestação de serviço, a desempenhar funções permanentes e com subordinação jurídica, com múltiplas renovações, mas que nunca lhes proporciona a tranquilidade decorrente de uma maior estabilidade profissional, designadamente a obtenção do crédito habitação.
107. O Governo, irá ainda, no decorrer do ano de 2021, implementar a nova Lei de Gestão de desempenho, dos dirigentes e funcionários, como instrumento de motivação e de responsabilização.
108. Propõe-se, ainda, implementar um sistema digitalizado de tramitação dos processos de aposentação dos funcionários públicos, permitindo-se assim que qualquer cidadão Cabo-verdiano, no país e na diáspora possa dar entrada ao seu processo de aposentação, sem se deslocar ao serviço central localizado na Cidade da Praia e acompanhar as diferentes fases do fluxo procedimental.
109. A aposta numa Administração Pública mais profissionalizada e capacitada e mais inclusiva é um desafio estratégico, que requer também a criação e implementação de uma entidade central responsável pela implementação dos programas de capacitação dos funcionários e dirigentes, com vista a formar lideranças e funcionários, preparando-os para os desafios do desenvolvimento sustentável.

## 6. MAPA DAS PREVISÕES DE ACRÉSCIMOS DE DESPESA COM O PESSOAL E ENGARGOS PROVISIONAIS

(Alínea i) do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

	<b>Montante</b>
<b>DESPESAS COM O PESSOAL</b>	
Pessoal de Quadro	11 587 115 335
Dotação Provisional	789 825 558
Contribuição para Segurança Social	1 817 919 388
Quadro Especial e Outros Contratos	6 060 916 699
<b>Total da Despesa com pessoal</b>	<b>20 255 776 980</b>
<b>DESPESAS COM PENSIONISTAS</b>	
Regime contributivo	4 985 427 391
Regime não contributivo	1 986 802 057
<b>Total das despesas com Pensionistas</b>	<b>6 972 229 448</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>27 228 006 428</b>

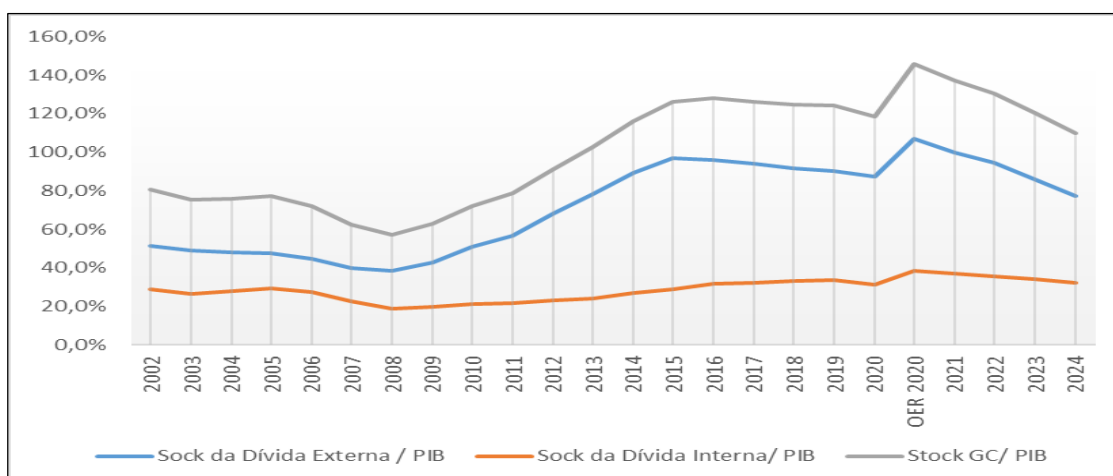
## 7. DÍVIDA PÚBLICA E PASSIVOS CONTINGENTES

(Alínea d e f) do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

### 7.1. Dívida Pública

- I 10. A trajetória descendente da dívida do Governo Central (GC) face ao PIB, iniciada em 2017, em consequência do forte comprometimento do Governo com a redução do rácio Dívida/PIB a níveis abaixo de 100%, no horizonte de 2023/24, sofreu um forte revés com o impacto da crise provocada pela pandemia do COVID-19.
- I 11. Assim, para 2020 e 2021, prevê-se que o rácio do stock da dívida do GC em relação ao PIB, seja de 145,6% e 145,9%, respetivamente.
- I 12. Em 2019, com dados ainda provisórios, a dívida atingiu 124% do PIB, correspondendo, em termos absolutos, a 241.959 milhões de CVE. Para os anos de 2020 e 2021, prevê-se que este atinja, em termos nominais, 267.484 milhões de CVE e 283.544 milhões de CVE, respetivamente.

**Gráfico 19 - Evolução da Dívida Pública**



**Fonte:** Ministério das Finanças

- I 13. O crescimento nominal da dívida, previsto para 2020, é de 25.525 milhões de CVE, um aumento de 10,6% comparativamente ao previsto no Orçamento do ano transato.

Para o ano de 2021, prevê-se o desembolso de 16.059,7 milhões de CVE, com a contribuição da dívida externa em 63,5%.

**Tabela 9 - Principais Indicadores de Dívida**

	em milhões de escudos			2019/2020	2020/2021
	2019 Prov	2020 OER	2021 Proj		
<b>Dívida Pública</b>	<b>241 959,3</b>	<b>267 484,3</b>	<b>283 544,0</b>	<b>10,5%</b>	<b>6,0%</b>
Dívida Interna	65 456,6	70 944,3	76 813,9	8,4%	8,3%
Dívida Externa	176 502,8	196 540,0	206 730,1	11,4%	5,2%
<b>Varição em valores absolutos</b>	<b>12 950,9</b>	<b>25 525,0</b>	<b>16 059,7</b>		
Dívida Interna	4 357,2	5 487,7	5 869,6		
Dívida Externa	8 593,6	20 037,2	10 190,1		
PIB	195 202,0	183 747,5	194 320,4	-5,9%	5,8%
Dívida Pública em % do PIB	124,0%	145,6%	145,9%		
Dívida Interna em % do PIB	33,5%	38,6%	39,5%		
Dívida Externa em % do PIB	90,4%	107,0%	106,4%		
Varição em pontos percentuais Dívida Pública		21,6	22,0		
Varição em pontos percentuais Dívida Interna		5,1	6,0		
Varição em pontos percentuais Dívida Externa		16,5	16,0		

Fonte: Ministério das Finanças

### 7.1.1. Dívida Interna

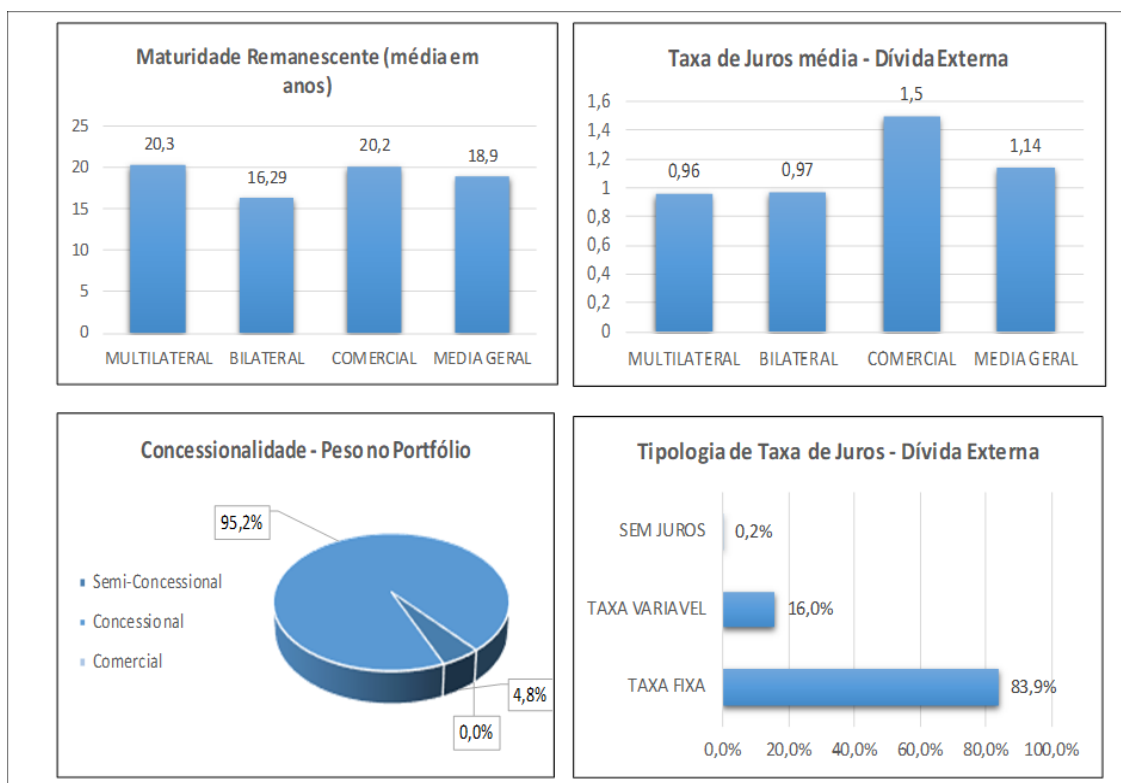
- I 14. A Dívida Pública do GC, contraída no mercado interno, atingiu, em 2019, o valor de 65.457 milhões de CVE. Para 2020 e 2021, perspetivam-se os valores de 70.944 e 76.814 milhões de CVE, respetivamente.
- I 15. Em termos relativos, prevê-se que esta componente da dívida pública tenha um aumento de cerca de 8,4% entre 2019 e 2020 e 8,3% de 2020 para 2021.
- I 16. Quanto ao rácio Dívida Interna Bruta em relação ao PIB, a tendência observada é de um aumento moderado entre 2020 e 2021. No ano de 2019, este indicador situou-se em 33,5% e prevê-se que em finais de 2020 atinja 38,6% e 39,5% em 2021.
- I 17. Para o serviço da dívida interna, a previsão para 2020 é que atinja 10.401 milhões de CVE contra os 8.545 milhões de CVE registados em 2019. Para 2021 estima-se o valor de 11.112 milhões de CVE.
- I 18. O rácio do serviço da dívida interna em relação ao PIB, para 2020 e 2021, deverá atingir 5,7% para ambos os anos fiscais.



### 7.1.2. Dívida Externa

119. O stock da dívida externa situou-se, no ano de 2019, em 176.503 milhões de CVE, segundo dados ainda provisórios. Estima-se que, para 2020 e 2021, considerando as necessidades líquidas de financiamento previstas, o stock desta componente da dívida venha a situar-se em 196.540 e 206.730 milhões de CVE, respetivamente.

**Gráfico 20 – Característica da Dívida Externa**

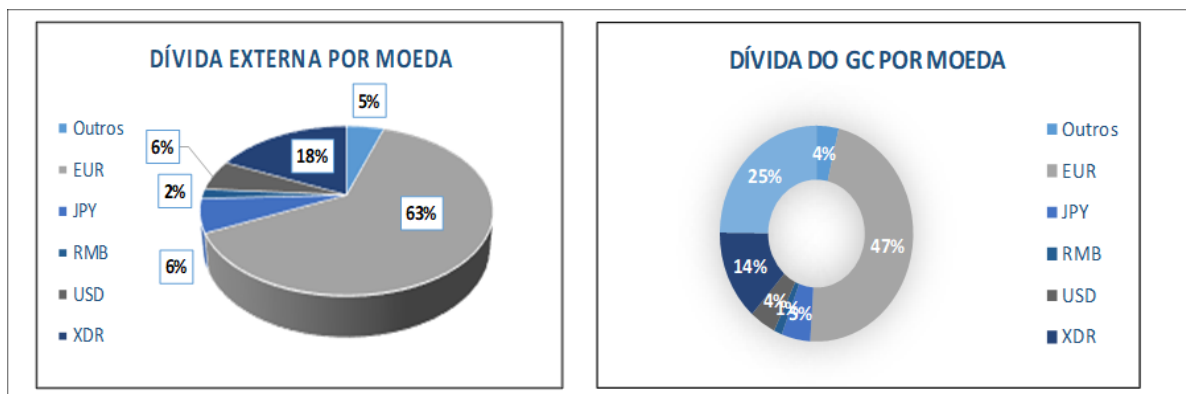


**Fonte:** Ministério das Finanças

120. A dívida externa é contratada na sua maioria junto de credores multilaterais, nomeadamente do Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento, vertente de empréstimos com condições financeiras concessionais (96,0%). Existem, todavia, alguns empréstimos com valores relevantes contratados junto de credores comerciais que, contudo, também beneficiam de condições concessionais e com contragarantia externa.

121. A moeda predominante nas contratações externas é o Euro, uma opção feita considerando a paridade fixa do Euro com a moeda nacional, com o objetivo de mitigar o risco cambial do portfolio.

**Gráfico 21 – Dívida Externa por Moeda de Contratação**

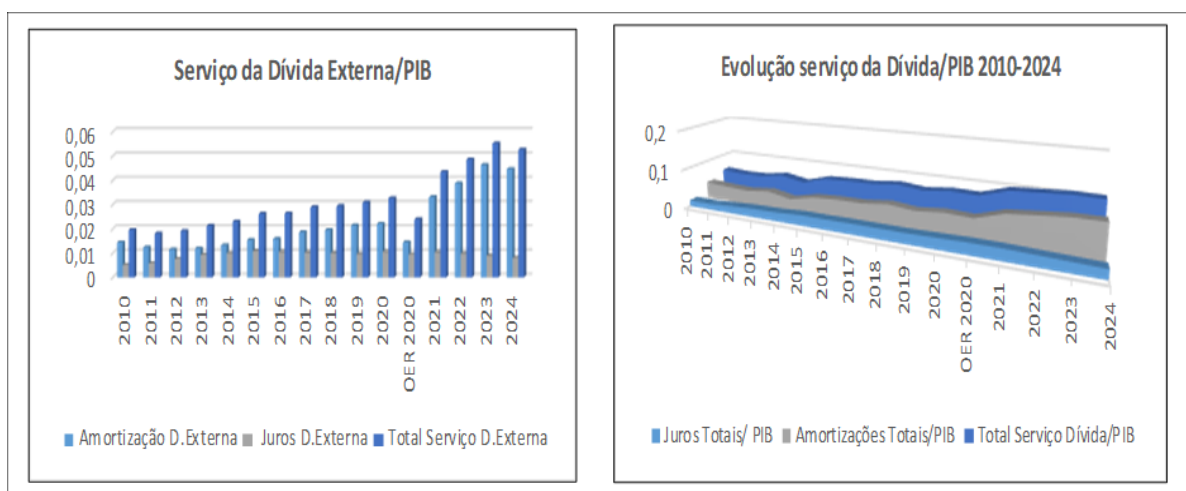


Fonte: Ministério das Finanças

122. Para o ano de 2021, calcula-se que o montante de desembolsos da dívida externa seja no valor de 16.605 milhões de CVE, provenientes de credores multilaterais e bilaterais, como tem sido hábito.

123. Relativamente ao serviço da dívida externa, a previsão para o ano de 2020 é que atinja o valor de 5.984 milhões de CVE, contra 6.034 milhões de CVE registados em 2019. Para 2021, estima-se o valor de 8.439 milhões de CVE.

**Gráfico 22 – Evolução do Serviço da Dívida**



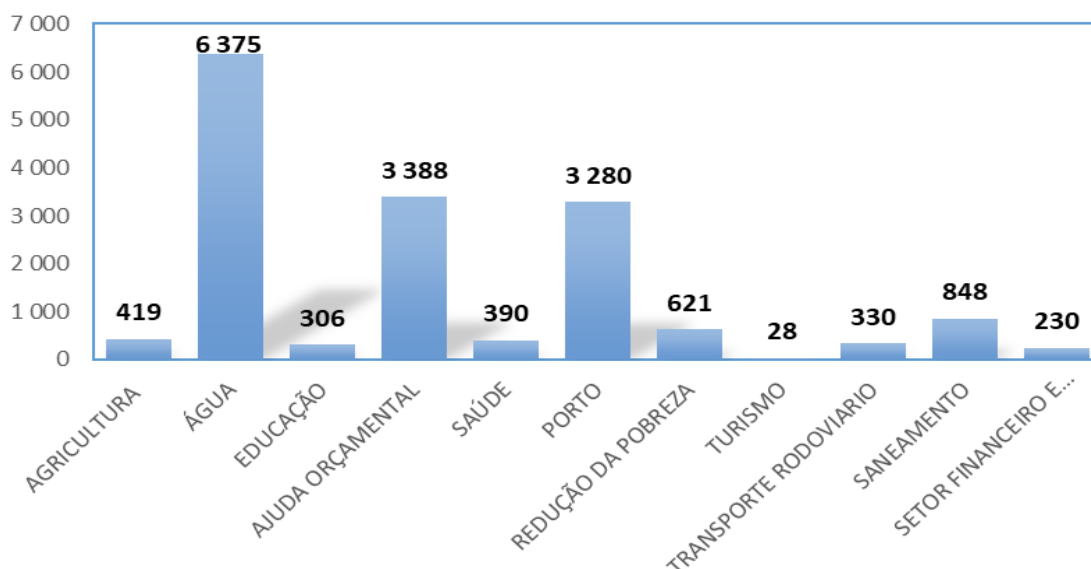
Fonte: Ministério das Finanças

124. O rácio de serviço da dívida externa em relação ao PIB, para 2020 e 2021, deverá atingir 3,3% e 4,3%, respetivamente.

### 7.1.3. Programação / Financiamento para 2021

125. Para o ano de 2021, o Governo prevê contratar 30.244 milhões de CVE para cobrir as necessidades de financiamento do orçamento. A previsão é que este valor seja financiado em torno de 54,9% com dívida externa e 45,1% com títulos do mercado doméstico, o que irá representar, em termos absolutos, 16.605 milhões de CVE e 13.639 milhões de CVE, respetivamente. No quadro abaixo apresentam-se os recursos externos (empréstimos) previstos para desembolso em 2021, por setor da economia.

**Gráfico 23 – Recursos Mobilizados por Sector – 2021**



**Fonte:** Ministério das Finanças

126. O Euro continuará a ser a moeda priorizada nas contratações junto da zona Euro e USD para as contratações junto dos restantes credores.

127. As fontes do financiamento externo serão na sua maioria provenientes de credores multilaterais e bilaterais, ainda dispostos a conceder ao País créditos em termos concessionais e semi-concessionais.

128. O endividamento interno far-se-á com emissões de títulos de curto prazo (BT) e de médio e longo prazos (OT), respeitando sempre, o máximo estabelecido nos orçamentos de cada ano.
129. Os títulos do Tesouro de médio e longo prazos (OT) serão emitidos para financiar projetos de investimento e/ou de desenvolvimento e os Bilhetes de Tesouro (BT) serão emitidos para cobrir necessidades temporárias de tesouraria.

#### 7.1.4. Empréstimos de Retrocessão

130. Os empréstimos de retrocessão enquadram-se na estratégia de implementação de um modelo de gestão das infraestruturas públicas, de forma a gerar benefícios económicos futuros e externalidades positivas para a economia real. Trata-se de instrumentos de política económica que permitem passar a gestão dos ativos para uma lógica empresarial. Para o efeito, pretende-se retroceder em 2021 um projeto estruturante, no valor de 579 milhões de CVE, nas mesmas condições financeiras contratadas pelo Governo, para o Balanço da Empresa Pública ENAPOR. Paralelamente, objetiva-se priorizar contratos de concessão das infraestruturas, estabelecimento de Parcerias Público-Privadas por forma a estimular o sector privado e rentabilizar os ativos do Estado.

**Tabela 10 - Empréstimos de Retrocessão**

(em CVE)

PROGRAMA DE INVESTIMENTO - RETROCESSÃO	Financiador	Beneficiários	2019	2020	2021
Dessalinizadores Sal e S. Vicente	AFD	Electra	840 239 809,3	227 660 727,3	-
Dessalinizadora Palmarejo Electra	Austria	Electra	-	551 325 000,0	-
Modernização e extensão do Aeroporto da Praia	BAD	ASA	630 401 283,7	-	-
Parque Tecnológico	BAD	NOSI	550 261 856,8	2 090 240 126,5	-
Modernização Expansão Porto Maio	BAD	ENAPOR	2 895 246,0	509 638 841,9	579 055 300,6
<b>TOTAL - Valor em CVE</b>			<b>2 023 798 195,8</b>	<b>3 378 864 695,7</b>	<b>579 055 300,6</b>

**Fonte:** Ministério das Finanças

## **7.2. Avals e Garantias**

- I31. A política de Avals e Garantias é regulamentada pelo decreto lei nº 42/2018 de 29 de junho que abrange operações de crédito (mercado interno) a realizar pelos municípios, serviços personalizados do Estado e Empresas Públicas, podendo ser estendidos às empresas privadas quando se tratem de desígnios de reconhecido interesse nacional.
- I32. Para o orçamento de 2021, a política de concessão de avals e garantias do Estado continuará direcionada de forma diferenciada, de modo a estar em consonância com as políticas económicas do Governo, que visam aumentar a dinâmica do setor privado no país, respeitando as disposições legais em vigor.
- I33. O objetivo é o de aumentar o acesso ao crédito para proporcionar mais oportunidades às famílias, às mulheres empreendedoras, à camada jovem e às empresas, facilitando o processo de transformação de ideias e projetos em negócios sustentáveis, no sentido de criarem atividades geradoras de empregos, rendimento e de riqueza e que, também, deverão contribuir para dinamização do crescimento económico do país.
- I34. O stock da dívida garantida pelo Estado a 31/12/2019 ascendia a 17.913 milhões de CVE, concentrando-se nas operações contratadas pelas empresas, municípios e outras entidades que constam do quadro que imediatamente se segue.
- I35. Para o ano de 2020, o Governo estabeleceu no Orçamento um limite máximo de concessão de Avals e Garantias, em termos de fluxos líquidos, no montante de 11.500 milhões de CVE.

**Tabela 11 - Stock Avais e Garantias**

(em milhões de CVE)

Beneficiários	2018	2019 P	mar/20	Var %
C. Municipal Porto Novo	65,1	63,0	0,0	0,0%
C. Municipal Santa Catarina	57,5	49,4	49,0	0,3%
C. Municipal São Vicente	191,6	176,3	172,0	1,1%
C. Municipal Paul	82,0	74,1	74,0	0,5%
Electra	4 958,2	4 762,6	4 845,0	31,4%
Enapor	49,5	99,2	99,0	0,6%
IFH	2 980,9	1 532,4	1 382,0	9,0%
TACV	5 053,7	4 204,8	2 915,0	18,9%
Águas de Santiago	285,6	260,6	254,0	1,6%
CERMI	19,8	19,8	20,0	0,1%
Start up jovem	7,6	9,5	9,0	0,1%
NEWCO	0,0	4 194,7	4 138,0	26,8%
CV Telecom	0,0	1 233,1	1 233,0	8,0%
CV Inter-ilhas	0,0	1 233,1	227,0	1,5%
<b>Total</b>	<b>13 751,5</b>	<b>17 912,8</b>	<b>15 417,0</b>	<b>100,0%</b>

**Fonte:** Ministério das Finanças

136. Para o exercício económico de 2021 o limite, em termos absoluto, será de 11.000 milhões de CVE. O montante será repartido em 66,7% para o setor público e 33,3% para o setor privado, conforme indicado, em detalhes, no quadro que imediatamente se segue.

**Tabela 12 - Avais e Garantias para 2021**

(em milhões de CVE)

PROGRAMAS	Público	Privado	Total
REFORMA SEE	6 500	0	6 500
STARTUP JOVEM	0	350	350
MICRO FINANÇAS	0	200	200
MÉDIAS EMPRESAS	0	750	750
GRANDES EMPRESAS	0	750	750

PROGRAMAS	Público	Privado	Total
INTERNACIONALIZAÇÃO	0	750	750
LINHA SUPLEMENTAR	500	1 200	1 700
<b>TOTAL</b>	<b>7 000</b>	<b>4 000</b>	<b>11 000</b>

Fonte: Ministério das Finanças

137. A abordagem, em termos da política de concessão de garantias pessoais do Estado, visa dar cumprimento ao programa do Governo com intuito de impulsionar o sector privado no acesso ao crédito, na reestruturação do tecido empresarial público, no programa de luta contra pobreza e desigualdade social e redução do desemprego.
138. Os objetivos estratégicos estarão centrados na melhoria da performance económica e financeira das empresas públicas, de forma a reduzir o peso das despesas no Orçamento do Estado, na prestação de serviços de qualidade para todos os cidadãos, no acesso ao crédito, na internacionalização das empresas cabo-verdianas, em suma, na criação de uma base de crescimento sólido e integrado da economia.

## 8. OPERAÇÕES DE TESOURARIA E CONTAS DO TESOIRO

(Alínea e) do n.º 1 do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

	<b>Execução 2018</b>	<b>Execução 2019</b>	<b>Previsão 2020</b>	<b>Previsão 2021</b>
<b>1. Saldos da Conta do Tesouro no BCV</b>	<b>3 060 860 616</b>	<b>4 515 393 390</b>	<b>2 953 897 045</b>	<b>3 003 810 911</b>
Depósitos do Orçamento	1 215 106 146	2 816 665 343	1 267 499 404	1 318 199 381
Projeto de investimentos*	874 862 504	784 577 505	808 114 830	832 358 275
Outros	172 318 502	172 259 284	129 194 463	96 895 847
Depósitos de Divisas	776 391 162	719 708 956	726 906 046	734 175 106
Fundos de Regularização da Dívida Pública	22 182 302	22 182 302	22 182 302	22 182 302
<b>2. Operações de Tesouraria</b>	<b>3 501 851 909</b>	<b>2 364 335 258</b>	<b>2 404 784 829</b>	<b>2 436 225 267</b>
Retenções de Terceiros	892 308 466	996 908 420	1 016 846 588	1 037 183 520
Outras Operações internas do Tesouro líquido	2 609 543 443	1 367 426 838	1 387 938 240	1 399 041 746

\* Depósitos e contas especiais junto ao BCV.



## 9. SITUAÇÃO FINANCEIRA DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

(Alínea j) do n.º 1 do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

Descrição Orgânica	Receitas			Despesas					
	Receitas Próprias	09.01.03.01- Recebidas Pelos Fsa	Saldo Inicial 2019	Orçamento inicial	Alterações Orçamentais	Orçamento Actual	Orçamento Liquidado	Executadas no Tesouro	Total Execução
Presidência Da República		262 641 925	11 289 268	291 177 858	0	291 177 856	261 971 898	261 971 898	261 971 898
OSOB - Assembleia Nacional		919 058 820	42 090 676	1 013 079 072	0	1 013 079 072	897 753 971	897 753 971	897 753 971
OSOB - Supremo Tribunal De Justiça	0	56 714 586	8 020 653	63 228 097	0	63 228 097	48 066 668	48 066 668	48 066 668
OSOB - Procuradoria Geral Da República	0	88 901 659	21 662 108	88 372 288	0	88 372 288	74 377 299	74 377 299	74 377 299
OSOB - Tribunal De Contas	54 718 319	115 659 018	85 104 827	147 286 327	1 900 000	149 186 327	125 907 277	127 124 180	127 124 180
OSOB - Conselho Superior Da Magistratura Judicial	57 056	459 246 742	101 957 736	485 514 283	0	485 514 283	434 019 215	0	434 019 215
OSOB - Conselho Superior Do Ministério Público	0	381 667 958	9 921 293	370 997 490	0	370 997 490	348 194 325	348 204 323	348 204 323
OSOB - Tribunal De Constitucional	2 338	53 736 876	258 613	61 008 542	0	61 008 542	47 921 344	47 921 344	47 921 344
MF - Instituto Nacional De Estatística	0	207 108 972	22 820 305	225 997 680	0	225 997 680	172 122 697	172 122 697	172 122 697
MF - Autoridade Reguladora De Aquisições Públicas	17 357 942	36 439 164	20 182 209	48 232 325	0	48 232 325	37 888 981	37 888 981	37 888 981
MEE - Instituto De Emprego E Formação Profissional		73 055 784	115 245 553	88 459 016	0	88 459 016	69 726 050	69 726 050	69 726 050
Cabo Verde <i>Tradeinvest</i>	0	95 116 944	29 225 165	98 657 068	0	98 657 068	77 266 384	77 266 384	77 266 384
Pro - Empresa	494 000	87 926 182	19 723 910	94 900 530	0	94 900 530	74 044 382	74 044 382	74 044 382
MNEC - Fundo De Solidariedade das Comunidades		28 184 620	7 393 662	85 106 885	-85 106 885	0	0	0	0
MD - Forças Armadas	36 226 940	815 894 014	69 696 277	882 586 034	1 440 908	884 026 942	849 200 486	849 200 486	849 200 486
Cofre Geral De Justiça	380 964 434		120 415 570	230 847 083	0	230 847 083	204 333 044	230 847 077	230 847 077
MJT - Polícia Judiciária	4 051 403	401 121 144	10 769 532	416 998 115	0	416 998 115	401 842 206	401 842 206	401 842 206

Descrição Orgânica	Receitas			Despesas					
	Receitas Próprias	09.01.03.01- Recebidas Pelos Fsa	Saldo Inicial 2019	Orçamento inicial	Alterações Orçamentais	Orçamento Actual	Orçamento Liquidado	Executadas no Tesouro	Total Execução
Comissão Nacional Para Os Direitos Humanos E Cidadania	3 354 770	21 932 868	3 565 670	23 026 473	0	23 026 473	18 015 267	18 015 267	18 015 267
MJT- Unidade De Informação Financeira	0	19 831 704	17 325 797	20 658 702	0	20 658 702	7 661 375	7 661 375	7 661 375
MAI - Polícia Nacional	100 014 900	2 612 817 475	77 706 704	2 807 653 639	0	2 807 653 693	2 607 967 956	2 607 967 956	2 607 967 956
MEE - Instituto Marítimo Portuário	67 757 511	70 313 388	0	139 139 472	0	139 139 472	132 898 581	132 898 581	132 898 581
MEE - Instituto Nacional De Desenvolvimento Das Pescas	41 118 796	14 651 772	11 457 897	45 858 831	0	45 858 831	32 945 308	32 945 308	32 945 308
MEE - Fundo Autónomo Do Desenvolvimento De Transporte Marítimo	266 840 958	0	92 863 617	308 000 000	0	308 000 000	59 717 769	59 717 769	59 717 769
MAA - Instituto Nacional De Investigação E Des. Agrário	8 156 704	51 737 620	16 544 185	64 967 140	22 000 000	86 967 140	57 390 186	57 390 186	61 113 495
MAA - Instituto Nacional De Meteorologia E Geofísica	138 821 102	13 938 168	10 497 181	146 438 167	0	146 438 167	128 571 393	128 571 393	128 571 393
MAA - Agencia Nacional De Agua E Saneamento	74 769 282	9 107 244	633 428	112 241 043	0	112 241 043	75 530 688	75 530 688	75 530 688
ME- Fundação Cabo-verdiana De Acção Social E Escolar	100 408 904	737 744 556		873 632 482	0	873 632 482	796 503 209	796 503 209	796 503 209
ME - Universidade De Cabo Verde	471 164 809	353 370 000	45 899 327	1 085 933 251	0	1 085 933 251	855 747 428	855 747 428	855 747 428
ME- Agencia De Regulação Do Ensino Superior	4 102 400	15 997 248	0	30 575 250	-9 698 000	20 877 250	18 413 067	18 413 067	18 413 067
Estádio Nacional	8 820 237	29 206 826	14 774 752	62 338 529	-3 667 921	58 670 608	43 922 176	43 922 176	43 922 176
Onad - Organização Nacional Antidopagem de Cabo Verde	1 202 463	8 480 421	0	21 663 078	3 667 921	25 330 999	9 246 181	9 246 181	9 246 181
MFIS - Instituto Cabo-verdiano Da Criança e do Adolescente	80 000	137 007 526	19 184 426	143 259 410	-2 385 019	140 874 391	110 605 057	110 605 057	110 605 057
MFIS - Instituto Cabo-verdiano para Igualdade e Equidade do Género	0	24 400 536	-274 931	21 702 994	3 874 806	25 577 800	22 353 220	22 353 220	22 353 220
MFIS - Centro Nacional De Pensões Sociais	0	1 745 755 896	42 720 824	1 663 573 031	81 329 055	1 744 902 086	1 725 386 888	1 725 386 888	1 725 386 888
MCIC - Arquivo Histórico Nacional	243 246	35 673 840	1 707 186	38 811 682	-430 092	38 381 590	35 524 219	35 524 219	35 524 219
MCIC - Biblioteca Nacional de Cabo Verde	697 812	29 992 080	1 990 747	37 408 841	0	37 408 841	31 007 404	31 007 404	31 007 404

Descrição Orgânica	Receitas			Despesas					
	Receitas Próprias	09.01.03.01- Recebidas Pelos Fsa	Saldo Inicial 2019	Orçamento inicial	Alterações Orçamentais	Orçamento Actual	Orçamento Liquidado	Executadas no Tesouro	Total Execução
MCIC - Instituto Do Património Cultural	14 184 092	58 321 326	5 265 962	62 697 379	-1 131 614	61 565 765	57 027 017	57 027 017	57 027 017
MCIC - Fundo Autónomo De Apoio À Cultura E As Indústrias Criativas	52 973 345	0	23 309 171	67 450 000	0	67 450 000	49 401 765	49 401 765	49 401 765
MCIC - Centro Nacional De Artesanato E Design	2 000 000	13 429 596	0	6 457 259	7 125 941	12 842 305	12 842 305	12 842 305	12 842 305
MSSS - Hospital Central Agostinho Neto	338 187 892	263 836 632	72 950 542	617 293 223	-1 140 732	616 152 491	544 684 233	544 701 630	544 684 233
MSSS - Hospital Central Baptista De Sousa	179 383 719	169 210 476	11 411 133	481 504 973	0	481 504 973	353 478 515	353 478 515	353 478 515
MSSS - Instituto Nacional de Saude Publica	10 265 193	25 364 807	4 691 929	31 756 979	-90 774	31 666 205	23 487 458	23 487 458	23 487 458
MSSS - Região Sanitária Santiago Norte	64 097 840	123 699 528	2 125 121	304 795 514	-13 753 907	291 041 607	193 106 824	193 106 824	193 106 824
MSSS - Hospital Regional Dr João Morais	24 848 782	12 165 432	4 048 216	40 565 081	-313 127	40 251 954	34 981 537	34 981 537	34 981 537
MSSS - Hospital Ramiro Figueira	23 717 025	10 747 236	7 615 870	40 590 857	-2 060 425	38 530 432	31 387 972	31 387 972	31 387 972
MSSS - Hospital Regional São Francisco de Assis	13 947 494	20 951 880	6 595 814	48 375 310	-1 900 595	46 474 715	38 845 549	38 845 549	38 845 549
MSSS - Comissão De Coordenação Do Álcool E De Outras Drogas	1 199 726	28 672 273	4 501 405	32 381 893	-6 131	32 375 762	29 948 740	29 948 740	29 948 740
MIOTH - Instituto De Estradas	6 635 616	23 721 160	10 101 130	62 136 175	0	62 136 175	14 460 007	14 460 007	14 460 007
MIOTH - Instituto Nacional De Gestão Do Território	21 486 299	27 664 776	21 102 587	76 255 224	0	76 255 224	46 430 380	46 430 380	46 430 380
MIOTH - Fundo Autónomo De Manutenção Rodoviária	22 929 717	0	105 182 492	22 929 717	0	6 331 113	6 331 113	6 331 113	6 331 113
<b>Total Geral</b>	<b>2 557 283 066</b>	<b>10 792 218 698</b>	<b>1 331 275 540</b>	<b>14 234 520 292</b>	<b>-346 591</b>	<b>14 216 834 254</b>	<b>12 330 457 014</b>	<b>11 924 196 130</b>	<b>12 361 921 257</b>

OBS: Dados provisórios

## 10. SITUAÇÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL

(Alínea b) do n.º 2 do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

Designação	Orç. Inicial	Orç. Atual	Execução	% Total
<b>I - Regime da Segurança social Financiado pelo Tesouro</b>				
<b>RECEITAS</b>				
Taxa Social Única e Outras Contribuições	60 684 184	60 684 184	76 586 357	100,0%
<b>Total de Receita</b>	<b>60 684 184</b>	<b>60 684 184</b>	<b>76 586 357</b>	<b>100,0%</b>
<b>DESPEASAS</b>				
<b>Segurança Social para Agentes do Estado</b>	<b>1 598 531 642</b>	<b>2 100 052 358</b>	<b>1 876 137 270</b>	<b>22,2%</b>
Contribuição para Segurança Social	1 451 569 236	1 921 871 566	1 754 837 747	20,8%
Encargos com a saúde	84 816 961	116 325 505	74 756 346	0,9%
Abono de Família	22 558 543	22 303 836	14 296 881	0,2%
Seguros Acidente de trabalho e doenças profissionais	38 316 874	38 364 919	31 843 346	0,4%
Encargos de segurança social diversos	1 270 028	1 186 532	402 950	0,0%
<b>Pensões</b>	<b>6 194 895 343</b>	<b>6 593 156 882</b>	<b>6 566 847 016</b>	<b>77,8%</b>
Pensões de aposentação a)	4 079 459 640	4 385 427 463	4 375 104 904	51,8%
Pensões de sobrevivência	263 000 000	271 150 000	267 965 279	3,2%
Pensões de regime não contributivo	1 831 400 000	1 910 141 757	1 897 355 337	22,5%
Pensões de Reserva	19 403 703	24 805 662	24 789 496	0,3%
Pensões do ex-Presidente	1 632 000	1 632 000	1 632 000	0,0%
<b>Total Despesa</b>	<b>7 793 426 985</b>	<b>8 693 209 240</b>	<b>8 442 984 286</b>	<b>100,0%</b>
<b>Saldo</b>	<b>-7 732 742 801</b>	<b>-8 632 525 056</b>	<b>-8 366 397 929</b>	

Designação	Orç. Inicial	Orç. Atual	Execução	% Total
<b>II - Instituto de Previdência Social</b>				
<b>RECEITAS</b>				
<b>Receitas Correntes</b>	<b>15 263 027 000</b>	<b>12 038 624 000</b>	<b>11 957 881 000</b>	<b>84,0%</b>
Contribuições		11 874 174 000	11 686 600 000	82,1%
Comp. Convenções Internacionais		164 450 000	132 301 000	0,9%
Outras Receitas		0	138 980 000	1,0%
Transferências Correntes	222 156 000			
<b>Receitas de Capital</b>		<b>3 345 755 000</b>	<b>2 281 372 000</b>	<b>16,0%</b>
Rendimentos Financeiros		3 345 755 000	2 281 372 000	16,0%
<b>Total de Receitas</b>	<b>15 485 183 000</b>	<b>15 384 379 000</b>	<b>14 239 253 000</b>	<b>100,0%</b>
<b>DESPESA</b>				
<b>Despesas Correntes</b>	<b>6 926 984 000</b>	<b>7 115 725 000</b>	<b>7 077 803 000</b>	<b>97,4%</b>
Doença e Maternidade	2 776 782 000	3 088 390 000	2 883 203 000	39,7%
Prestações Diferidas	2 532 047 000	2 532 047 000	2 188 546 000	30,1%
Abono de Família e Prest. Complementares	369 839 000	391 805 000	400 526 000	5,5%
Subsídio de Desemprego	528 173 000	47 820 000	44 145 000	0,6%
Despesas com o Pessoal	475 939 000	450 008 000	415 149 000	5,7%
Aquisição de Bens e Serviços Correntes	244 204 000	326 931 000	225 187 000	3,1%
Impostos e outros custos administrativos	0	11 933 000	9 205 000	0,1%
Amortização de imobilizado corpóreo e incorpóreo	0	152 649 000	97 929 000	1,3%
Provisões do exercício	0	114 142 000	441 574 000	6,1%
Custos e perdas extraordinárias	0	0	372 339 000	5,1%
<b>Despesa de Capital</b>	<b>0</b>	<b>250 000 000</b>	<b>186 929 000</b>	<b>2,6%</b>

<b>Designação</b>	<b>Orç. Inicial</b>	<b>Orç. Atual</b>	<b>Execução</b>	<b>% Total</b>
Imposto Sobre Capital	0	250 000 000	186 929 000	2,6%
<b>Total de Despesas</b>	<b>6 926 984 000</b>	<b>7 365 725 000</b>	<b>7 264 732 000</b>	<b>100,0%</b>
<b>Saldo</b>	<b>8 558 199 000</b>	<b>8 018 654 000</b>	<b>6 974 521 000</b>	

#### **Instituto de Previdência Social + Administração Central**

<b>Designação</b>			<b>Total Geral</b>
Receitas de INPS + Administração Central	15 545 867 184	15 445 063 184	14 315 839 357
Despesas de INPS + Administração Central	14 720 410 985	16 058 934 240	15 707 716 286
<b>Saldo</b>	<b>825 456 199</b>	<b>-613 871 056</b>	<b>-1 391 876 929</b>

a) Inclui o Programa de Investimento

OBS: Dados provisórios

## 11. BENEFÍCIOS FISCAIS E ESTIMATIVA DA RECEITA CESSANTE

(Alínea k) do n.º 1 do artigo 36º da Lei n.º 55/IX/ 2019, de 1 de julho)

### 11.1. Evolução de Benefícios Fiscais no triénio 2018-2020

139. As despesas fiscais derivadas da concessão de benefícios fiscais registaram no biénio 2018-2019 um aumento na ordem dos 7,4%, ou seja, de 855 milhões de CVE de 2018 para 2019. Este aumento foi fortemente influenciado pelo incremento de benefícios fiscais em sede do IVA do lado da DGCI que no referido período registou um acréscimo de 408 milhões de CVE. De referir que grande parte desses benefícios fiscais está relacionada com o consumo de bens isentos de tributação em sede do IVA, ou seja, de bens considerados pelo Governo de Cabo Verde como sendo essenciais para as famílias.

**Tabela 13 - Variação de Benefícios Fiscais no período 2018 a 2020**

(em milhões de CVE)

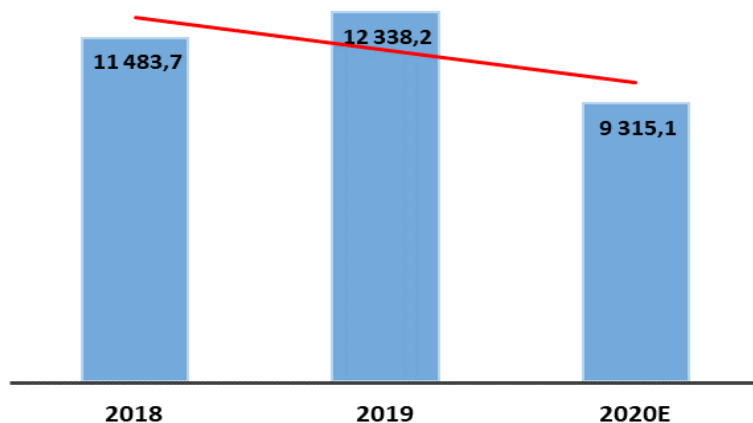
DEPARTAMENTO	2018	2019	2020E	VARIACÃO	
				2019 / 2018	2020 / 2019
Direção Geral Contribuições e Impostos	7 029,9	7 565,2	5 425,3	7,6%	-28,3%
Direção Geral das Alfândegas	4 453,8	4 773,0	3 889,8	7,2%	-18,5%
<b>BENEFÍCIOS FISCAIS_DNRE</b>	<b>11 483,7</b>	<b>12 338,2</b>	<b>9 315,1</b>	<b>7,4%</b>	<b>-24,5%</b>

E = Estimativa

**Fonte:** Ministério das Finanças

140. Ao invés, devido à crise pandémica da COVID-19 que vem assolando o mundo, com impacto negativo na atividade económica dos países, estima-se que a receita cessante derivada da concessão de benefícios fiscais no biénio 2019-2020 sofra uma redução na ordem dos 24,5%, ou seja, menos 3.023 milhões de CVE do que em 2019.

**Gráfico 24 – Evolução de Benefícios Fiscais no período 2018 a 2020**



Fonte: Ministério das Finanças

### 11.1.1. Direção Geral das Contribuições de Impostos (DGCI)

I41. A nível da DGCI, a despesa fiscal derivada da concessão de benefícios fiscais (vide tabela 14 abaixo) reparte-se por dois impostos, a saber: o Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRPC) e o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) no mercado interno (este último representa mais de 80% das perdas de receitas da DGCI).

**Tabela 14 - Peso da Despesa Fiscal derivada da concessão de Benefícios Fiscais – DGCI no triénio 2018 - 2020**

(em milhões de CVE)

Tipo de Imposto	2018	2019	2020E	PESO		
				2018	2019	2020E
IRPC	1 166,4	1 293,9	1 062,6	16,6%	17,1%	19,6%
IVA - Mercado Interno	5 863,5	6 271,3	4 362,7	83,4%	82,9%	80,4%
<b>TOTAL BF_DGCI</b>	<b>7 029,9</b>	<b>7 565,2</b>	<b>5 425,3</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Fonte: Ministério das Finanças

I42. Contrariamente à tendência de aumento de benefícios fiscais que se vinha verificando de há uns anos a esta parte, fruto do robusto crescimento económico que



o País vinha registando, estima-se que em 2020, devido à pandemia da COVID-19, o montante de benefícios fiscais consentidos pelo Estado de Cabo Verde sofreu uma redução de mais de 2 mil milhões de CVE.

143. Com efeito, a despesa fiscal em sede do IRPC que no ano fiscal 2019 registou um aumento de 10,9% face a 2018, deverá, em 2020, sofrer uma redução na ordem dos 17,9%.

**Tabela 15 - Variação de Benefícios Fiscais – DGCI, no triénio 2018-2020**

(em milhões de CVE)

Tipo de Imposto	2018	2019	2020E	VARIÇÃO	
				2018/2019	2019/2020
IRPC	1 166,4	1 293,9	1 062,6	10,9%	-17,9%
IVA - Mercado Interno	5 863,5	6 271,3	4 362,7	7,0%	-30,4%
<b>TOTAL BF_DGCI</b>	<b>7 029,9</b>	<b>7 565,2</b>	<b>5 425,3</b>	<b>7,6%</b>	<b>-28,3%</b>

**Fonte:** Ministério das Finanças

144. Em sede do IVA (mercado interno), regista-se um comportamento similar à variação do IRPC no mesmo período: um aumento (+7%) em 2019, face a 2018, e uma redução (-30,4%) em 2020, face a 2019.

#### **11.1.1.1. Despesa Fiscal em sede do IRPC, por Modalidade de Benefício Fiscal no ano fiscal 2019**

145. Conforme indicado na tabela 16 abaixo, os benefícios fiscais em sede do IRPC estão agrupados em 5 modalidades, a saber: i) isenção, ii) redução de taxa (também chamado isenção parcial), iii) crédito fiscal ao investimento, iv) majoração de custos (mecenato, criação de emprego jovem e de deficientes) e v) outras modalidades, nomeadamente, a redução do lucro tributável).

**Tabela 16 - Variação da Despesa Fiscal, por modalidade de Benefícios Fiscais em sede do IRPC**

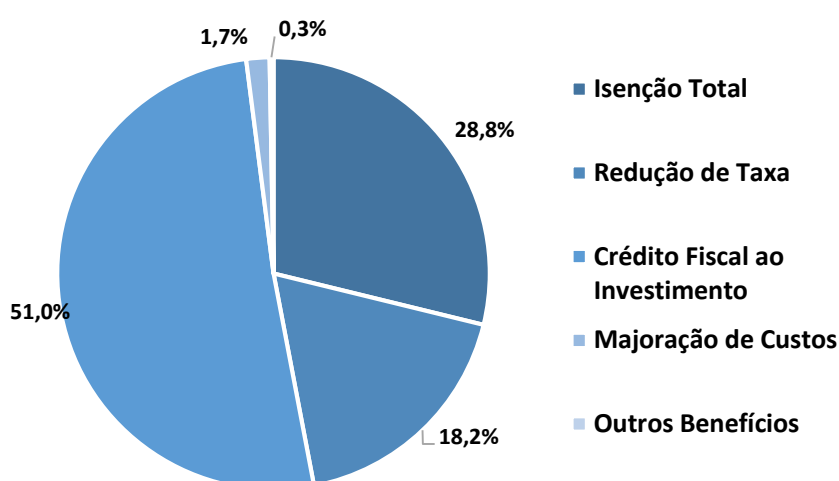
(em milhões de CVE)

MODALIDADES DE BF	2018	2019	2020E	VARIÇÃO	
				2018 / 2019	2019 / 2020
Iisenção Total	596,1	372,9	344,0	-37,4%	-7,7%
Redução de Taxa	36,8	235,2	262,9	539,0%	11,7%
Crédito Fiscal ao Investimento	486,6	659,6	429,5	35,5%	-34,9%
Majoração de Custos	36,0	22,5	23,8	-37,4%	5,6%
Outros Benefícios	11,0	3,7	2,5	-65,9%	-33,3%
<b>TOTAL IRPC</b>	<b>1 166,4</b>	<b>1 293,9</b>	<b>1 062,6</b>	<b>10,9%</b>	<b>-17,9%</b>

**Fonte:** Ministério das Finanças

146. De notar que, o Crédito Fiscal ao Investimento passou, a partir de 2019, a ser a modalidade que mais benefícios fiscais absorve. Este feito está em linha com um dos grandes objetivos da reforma tributária o qual preconiza a eliminação progressiva da isenção fiscal e a sua substituição por uma modalidade de benefício fiscal menos custosa para o erário público.

**Gráfico 25 – Peso da Despesa Fiscal em sede do IRPC, por modalidade de Benefícios Fiscais – Ano 2019**



**Fonte:** Ministério das Finanças

### 11.1.1.2. Despesa fiscal em sede de IRPC, por Setor de Atividade no ano fiscal 2019

147. Conforme se pode constatar na tabela 17 abaixo, o turismo continua a ser o setor de atividade que mais benefícios fiscais absorve, tendo no ano fiscal 2019 absorvido 893 milhões de CVE, ou seja, mais de 2/3 dos benefícios fiscais concedidos no referido ano.
148. De realçar que os benefícios fiscais absorvidos pelo setor do turismo em 2019 estão distribuídos pelas seguintes modalidades: i) Crédito Fiscal ao Investimento, no valor de 522 milhões CVE; ii) Isenção, no valor de 329 milhões CVE; e iii) Redução de Taxa, no valor de 41 milhões de CVE.

**Tabela 17 - Benefícios Fiscais em sede do IRPC, por Setor de Atividade – Ano Fiscal 2019**

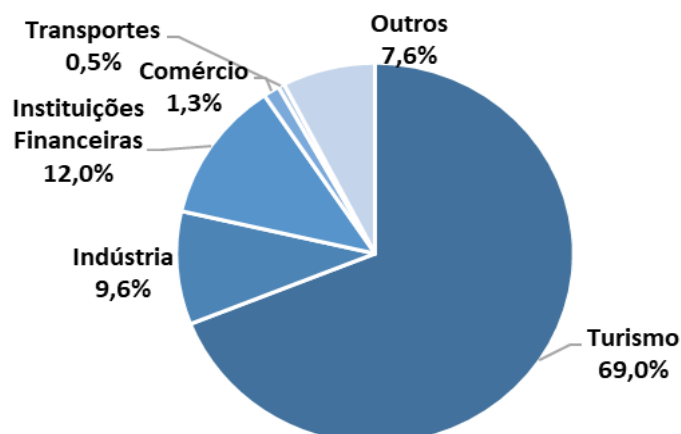
(em milhões de CVE)

SETOR DE ATIVIDADE	Nº	VALOR
Turismo	22	892,5
Indústria	27	124,3
Instituições Financeiras	5	155,5
Comércio	17	17,2
Transportes	2	6,4
Outros		98,0
<b>TOTAL</b>		<b>1 293,9</b>

**Fonte:** Ministério das Finanças

149. Na segunda posição, a uma distância relativamente considerável do setor do turismo, figura o setor financeiro que no ano fiscal 2019 foi responsável pela absorção de 12% do total da despesa fiscal consentida pelo Estado de Cabo Verde no referido ano (vide gráfico 26 abaixo). Este setor é constituído fundamentalmente por Instituições Financeiras Internacionais (atualmente denominadas Instituições de Crédito de Autorização Restrita), as quais são tributadas à taxa preferencial de 10% sobre os lucros.

**Gráfico 26 – Benefícios Fiscais em sede do IRPC, por Setor de Atividade – Ano Fiscal 2019**



**Fonte:** Ministério das Finanças

150. Na 3ª posição do ranking dos setores que mais benefícios fiscais usufruíram no ano fiscal 2019 figura o setor da Indústria que foi responsável pela absorção de 9,6% do total dos benefícios fiscais consentidos pelo Estado de Cabo Verde.
151. Os restantes setores de atividades, a saber: Comércio (1,3%); Transportes (0,5%) e Outros (7,6%), representaram no seu todo menos de 10% dos benefícios fiscais consentidos pelo Estado de Cabo Verde em 2019, ou seja, 122 milhões CVE.

### **11.1.2. Direção Geral das Alfândegas (DGA)**

152. A nível da DGA, a despesa fiscal derivada da concessão de benefícios fiscais registou um aumento de 7,2%, no biénio 2018-2019, passando de 4.454 milhões de CVE em 2018 para 4.773 milhões de CVE em 2019. Este aumento deveu-se ao facto de em 2019 se ter verificado aumento de isenções destinadas ao turismo (11%) aos NRRD – Não Residentes Regressados Definitivamente (19%), Ajuda ao Desenvolvimento (205%), táxis (192%), etc. Por seu turno, as isenções destinadas ao sector da indústria e ajudas ao desenvolvimento – projetos de obras públicas conheceram reduções na ordem dos 5% e 17%, respetivamente.

I53. No entanto, para o ano em curso, em virtude da crise sanitária, estima-se que os benefícios fiscais de natureza aduaneira venham a sofrer uma redução na ordem dos 18,5%, ou seja, de menos 883 milhões de CVE, que o valor registado em 2019.

**Tabela 18 - Variação de Benefícios Fiscais de Natureza Aduaneira no triénio 2018-2020**

(em milhões de CVE)

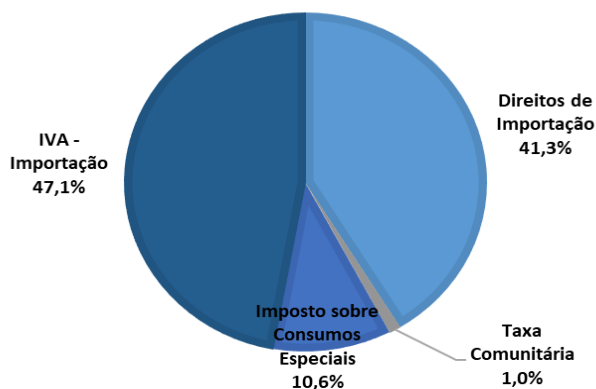
BENEFÍCIOS FISCAIS ADUANEIROS	2018	2019	2020 E	VARIÇÃO	
				2018 / 2019	2019 / 2020
Direitos de Importação	1 748,9	1 969,0	1 430,1	12,6%	-27,4%
Taxa Comunitária	47,4	50,0	42,0	5,4%	-16,0%
Imposto sobre Consumos Especiais	388,3	504,0	245,4	29,8%	-51,3%
IVA - Importação	2 269,2	2 250,0	2 172,3	-0,8%	-3,5%
<b>Total BF_DGA</b>	<b>4 453,8</b>	<b>4 773,0</b>	<b>3 889,8</b>	<b>7,2%</b>	<b>-18,5%</b>

Fonte: Ministério das Finanças

#### 11.1.2.1. Despesa fiscal de natureza aduaneira, por tipo de impostos no ano fiscal 2019

I54. Conforme indicado no gráfico 27 abaixo, a maior parcela da despesa fiscal derivada da concessão de benefícios fiscais ao nível aduaneiro, coube à rubrica IVA-Importação, cujo montante ascendeu os 2.250 milhões de CVE, ou seja, 47,1% do total alfandegário. Por seu turno, a despesa fiscal derivada da concessão da isenção de direitos de importação cifrou-se em 1.969 milhões de CVE, representando 41,3% do total dos benefícios fiscais auferidos pelos contribuintes. Os restantes impostos aduaneiros, designadamente, o Imposto sobre Consumos Especiais e a Taxa Comunitária, tiveram um peso relativamente modesto, representando 10,6% e 1,0% do total auferido pelos contribuintes, respetivamente.

**Gráfico 27 – Benefícios Fiscais Aduaneiros, por Tipo de Impostos – Ano Fiscal 2019**



**Fonte:** Ministério das Finanças

### 11.1.2.2. Despesa fiscal de natureza aduaneira, por setor de atividade no ano fiscal 2019

155. A tabela 19 abaixo, mostra o montante de benefícios fiscais consentidos pelo Estado de Cabo Verde em 2019 ao nível aduaneiro, por setor de atividade, assim como o peso de cada setor de atividade no cômputo geral das perdas de receitas registadas naquele departamento governamental.

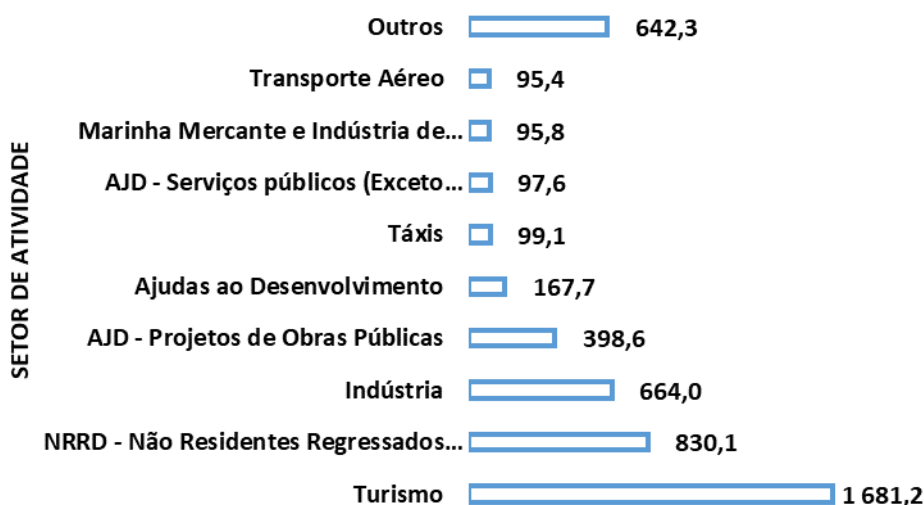
**Tabela 19 - Peso dos Benefícios Fiscais Aduaneiros, por Setor de Atividade – Ano Fiscal 2019**

(em milhões de CVE)

SETOR DE ATIVIDADE	MONTANTE	PESO
Turismo	1 681,2	35,2%
NRRD - Não Residentes Regressados Definitivamente	830,1	17,4%
Indústria	664,0	13,9%
AJD - Projetos de Obras Públicas	398,6	8,4%
Ajudas ao Desenvolvimento	167,7	3,5%
Táxis	99,1	2,1%
AJD - Serviços públicos (Exceto Autarquias)	97,6	2,0%
Marinha Mercante e Indústria de Transporte Marítimo	95,8	2,0%
Transporte Aéreo	95,4	2,0%
Outros	642,3	13,5%
<b>TOTAL</b>	<b>4 771,8</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Ministério das Finanças

**Gráfico 28 – Benefícios Fiscais de natureza aduaneira, por Setor de Atividade**

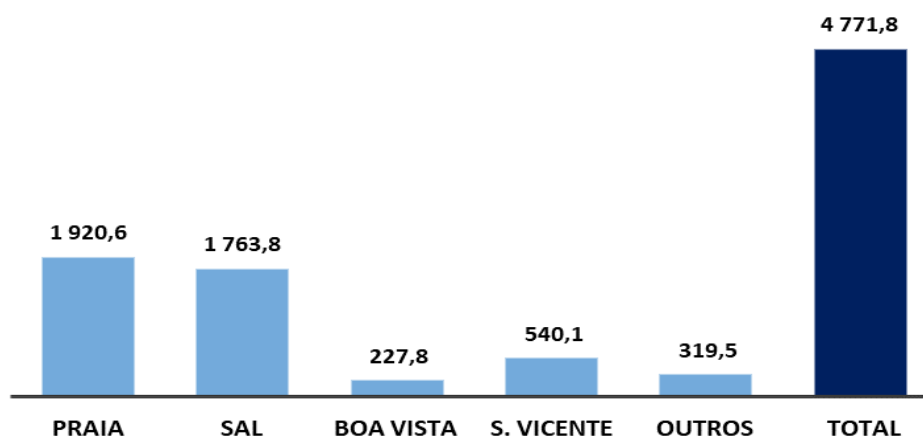


**Fonte:** Ministério das Finanças

### 11.1.2.3. Despesa fiscal de natureza aduaneira, por concelho no ano fiscal 2019

156. À semelhança do que tem vindo a acontecer nos anos anteriores, o concelho da Praia (vide gráfico 29 abaixo) foi aquele que maior parcela de benefícios fiscais absorveu em 2019, cerca de 42,2% (1.921 milhões de CVE). Ao concelho da Praia, seguem por ordem do volume de benefícios fiscais os seguintes concelhos: Sal 37% (1.764 milhões de CVE), Boavista 4,8% (228 milhões de CVE) e S. Vicente 11,3% (540 milhões de CVE). Os restantes concelhos absorveram cerca de 6,7% do total dos benefícios fiscais consentidos pelo Estado de Cabo Verde, ao nível dos concelhos, o que corresponde a 320 milhões de CVE.

**Gráfico 29 – Benefícios Fiscais de natureza aduaneira distribuídos, por concelho**



**Fonte:** Ministério das Finanças

### **11.2. Estimativa da receita cessante para o ano fiscal de 2021**

157. Não obstante as expetativas de recuperação da atividade económica dos principais parceiros de Cabo Verde, aliadas ao esforço de diversificação da economia nacional e o reforço dos mecanismos de financiamento do setor privado, os riscos associados ao cenário macroeconómico para 2020 e 2021 antevêm-se elevados. Basta referir que o turismo um dos setores mais dinâmicos da economia cabo-verdiana e que absorve a maior parte dos benefícios fiscais concedidos pelo Estado de Cabo Verde, encontra-se paralisada. Vale lembrar que, os efeitos da paralisação do setor do turismo se farão sentir com maior intensidade, em 2021, sobretudo ao nível do IRPC por causa do *lockdown* que as empresas do setor do turismo, e não só, foram sujeitas em 2020. Ao invés, ao nível do IVA e dos impostos alfandegários espera-se um incremento em função da recuperação da atividade económica almejada no país e no mundo.

158. Neste contexto, de incerteza e de riscos elevados, espera-se que as receitas cessantes para o ano económico 2021 tenham o comportamento apresentado na tabela que se segue.



**Tabela 20 - Estimativa da Receita Cessante DGCI, para o Ano Económico 2021**

(em milhões de CVE)

<b>BENEFÍCIOS FISCAIS</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020 E</b>	<b>2021 P</b>
Isenção Total	596,1	372,9	344,0	114,7
Redução de Taxa	36,8	235,2	262,9	87,6
Crédito Fiscal ao Investimento	486,6	659,6	429,5	143,2
Majoração de Custos	36,0	22,5	23,8	7,9
Outros Benefícios	11,0	3,7	2,5	0,8
IVA - Mercado Interno	5 863,5	6 271,3	4 362,7	4 668,1
<b>Total BF_DGCI</b>	<b>7 029,9</b>	<b>7 565,2</b>	<b>5 425,3</b>	<b>5 022,3</b>

E= Estimativa P= Projeção

**Fonte:** Ministério das Finanças

**Tabela 21 - Estimativa da Receita Cessante DGA, para o Ano Económico 2021**

(em milhões de CVE)

<b>BENEFÍCIOS ADUANEIROS</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020 E</b>	<b>2021 P</b>
Direitos de Importação	1 748,9	1 969,0	1 430,1	1 771,9
Taxa Comunitária	47,4	50,0	42,0	44,4
Imposto sobre Consumos Especiais	388,3	504,0	245,4	473,4
IVA - Importação	2 269,2	2 250,0	2 172,3	2 024,6
<b>Total BF_DGA</b>	<b>4 453,8</b>	<b>4 773,0</b>	<b>3 889,8</b>	<b>4 314,3</b>

E= Estimativa P= Projeção

**Fonte:** Ministério das Finanças

**Tabela 22 - Estimativa da Receita Cessante DGCI e DGA para o Ano Económico 2021**

(em milhões de CVE)

<b>BENEFÍCIOS FISCAIS E ADUANEIROS</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020 E</b>	<b>2021 P</b>
Direção Geral das Contribuições e Impostos	7 029,9	7 565,2	5 425,3	5 022,3
Direção Geral das Alfândegas	4 453,8	4 773,0	3 889,8	4 314,3
<b>TOTAL BF_DGCI+DGA</b>	<b>11 483,7</b>	<b>12 338,2</b>	<b>9 315,1</b>	<b>9 336,5</b>

E= Estimativa P= Projeção

**Fonte:** Ministério das Finanças